

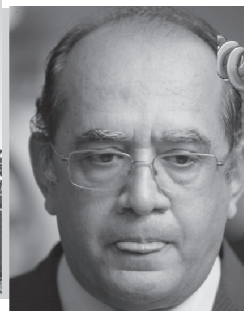


EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 363 - DE 02 a 16 DE SETEMBRO DE 2008 - R\$ 2,00

Trajatória da crise política



Campanha eleitoral: os mentirosos de todos os tipos disputam quem é o mais enganador

As massas devem lutar pelas reivindicações próprias, com independência diante dos capitalistas e seus governos, e com seus próprios métodos de luta.
Contra todos os partidos burgueses, contra a enganação daqueles que ajudam os capitalistas a enganar os explorados.

VOTO NULO PROGRAMÁTICO, PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!

Na Bolívia, Evo prova que não é capaz de enfrentar a direita

70 Anos da IV Internacional

Em 1938, Trotsky e algumas jovens lideranças, nas condições mais adversas, fundam o Partido Mundial da Revolução Socialista e preservam o programa do socialismo científico da liquidação imposta pelo estalinismo



Eleições municipais

Espetáculo de podridão, mentira e esperteza

A quantidade de candidatos que respondem a processos por roubo, extorsão, falcatrua etc. é tão grande que a Associação dos Magistrados publicou uma lista de “fichas sujas”. O Supremo Tribunal Superior não aceitou o mandado de impedimento, que cortaria imediatamente um quarto dos candidatos a prefeito e vereadores no país (e, provavelmente, o restante logo depois). Os larápios estão à solta procurando se eleger.

No Rio de Janeiro, as milícias formadas por policiais e políticos, bem como o narcotráfico, têm seus candidatos próprios, proíbem a entrada de concorrentes e controlam os votos dos moradores das imensas favelas. Segundo o governo, somente o exército pode garantir a campanha eleitoral nestas áreas de miséria e violência.

O controle dos votos pelas milícias e quadrilhas de narcotraficantes não é um fenômeno apenas do Rio de Janeiro, ocorre em praticamente todos os grandes centros urbanos, com maior ou menor evidência. O entrelaçamento do crime organizado com a política e, por meio desta, com o aparato estatal se deve a relações econômicas, mercantis.

Está constituída uma fração capitalista narcotraficante, contrabandista, agenciadora de lavagem de dinheiro e negociadora. Portanto, para prosperar e proteger seus interesses tem de compartilhar o Estado com as demais frações amparadas pela lei.

Os partidos que controlam o poder expressam as frações, grupos e poderosas corporações. Dada a decomposição geral da burguesia, os partidos dominantes abrigam verdadeiras quadrilhas. A fração narcotraficante e seus conexos, como as milícias, se lança a fazer seus prefeitos, vereadores, deputados, governadores e, se possível, o Presidente.

A face marginal das eleições não é um mal único e nem o maior. Apenas expressa a que ponto chegou a decadência social e política das instituições da burguesia, que por sua vez expressa a desintegração do sistema capitalista.

É mais do que sabido que as eleições funcionam à base de rios de dinheiro, alimentados pelos grupos econômicos, que depois cobrarão dos candidatos vencedores na forma de favores, vantagens, subsídios, falcatruas etc. Com as eleições municipais deste ano, estamos diante de mais um grande espetá-

culo comercial. Mas tudo converge para convencer as massas exploradas e empobrecidas que o acerto de seu voto no candidato certo irá resolver grandes problemas como saúde, educação, habitação, transporte e segurança.

O Tribunal eleitoral gasta os tubos na campanha contra o voto nulo. A imprensa abre debates e cobre as disputas motivando a população a escolher o prefeito e vereadores, que logo em seguida jogarão no lixo as promessas, os planos e os projetos milagrosos.

Não há nenhuma relação real de compromisso e determinação entre os milhões de voto e a ação futura dos governantes. Nem antes, durante e depois das eleições a maioria, que constitui a “democracia” com seu voto, tem qualquer influência ou controle sobre o que faz ou deixa de fazer a camarilha que assume o poder. As massas apenas são arregimentadas para decidirem a disputa entre os partidos da burguesia. Para isso, os partidos e as instituições do Estado reavivam as necessidades mais prementes da maioria.

Problemas como saúde, educação etc. dizem respeito aos assalariados, aos pobres e miseráveis. As famílias burguesas não necessitam de nada, têm de tudo em excesso e se dão ao luxo de esbanjar. São a minoria que tira todas as vantagens e privilégios da propriedade privada dos meios de produção, da exploração do trabalho e da acumulação de capital (riqueza). Assim, em vez da maioria decidir e controlar a governabilidade da produção e distribuição, é a ultra-minoria quem o faz.

Os governantes eleitos pela maioria estão a serviço da minoria exploradora. As eleições são um momento do calendário da política burguesa em que os explorados são chamados a participarem de uma grande ilusão, que nos lembra um circo.

Perante o voto, todos os cidadãos passam a ser iguais - famintos e opulentos, explorados e exploradores são igualados pela democracia. Todos decidirão pelo voto quem vai governar. Todos são livres para escolher o candidato. No entanto, o governo servirá apenas aos opulentos e exploradores. Algumas migalhas do banquete dos ricos serão espalhadas para os que estão em baixo, como é o caso da Bolsa Família.

A grande farsa eleitoral tem enorme valor para a burguesia. A democracia do voto, que iguala os completamente desiguais e dá

aos famintos a esperança de estar escolhendo um caminho de solução de seus problemas, mantém a maioria sob a dependência e o jugo político da minoria.

Nas relações econômicas e sociais, a maioria está submetida à grande propriedade: depende dos empregos, dos salários de fome; ou o pequeno camponês que depende dos grandes comerciantes, bancos etc. É sobre as relações de dominação econômica e social que está edificada a dominação política. As eleições fazem parte dessa dominação.

Ao Estado cabe - com seu parlamento, executivo, justiça e partidos - manter acesas as ilusões democráticas nos circos eleitorais, montados periodicamente, segundo a lei. A grande imprensa e os rios de dinheiro dos capitalistas se encarregam de promover e enfeitar o circo de forma que os explorados se sintam importantes e participantes da vida nacional e local.

Por experiência, as massas pressentem que mais uma vez elegerão demagogos, mentirosos, larápios e ladrões, mas têm de votar porque a burguesia lhes educou no espírito cívico pró-capitalista e pôde obscurecer sua consciência coletiva frente à grande propriedade e à ditadura de classe da minoria sobre a maioria.

Mas as ilusões políticas e a cegueira de classe têm uma base material. Contraditoriamente, a base material se encontra na própria situação de subordinação econômica e de pobreza da maioria.

Os partidos da burguesia se digladiam e se acusam, em época eleitoral, diante dos explorados, em torno das necessidades mais prementes, que lhes infernizam a existência. A fome, as doenças, a falta de hospitais, de médicos, a escola sucateada, a desqualificação do ensino, o custo e condições péssimas dos transportes, a falta de moradia, a expansão das favelas, falta de moradias, a crescente criminalidade, a violência contra os jovens, e por aí vai, são problemas reais vividos pela maioria e levantados de tempos em tempos pela burguesia, de acordo com o calendário eleitoral.

No âmbito das disputas dos partidos pelo voto dos explorados, todos se agarram às necessidades populares e procuram se apresentar como reformistas. Nos meses de campanha eleitoral, os partidos e seus candidatos se convertem em mágicos das

reformas. Fazem de tudo para se identificarem com o sofrimento da população pobre e apresentarem soluções reformistas.

As massas são arrastadas por detrás do conflito criado pelos partidos em torno de tais promessas. Sem o partido revolucionário e organizações de luta independentes da burguesia, os oprimidos não têm como ver que a saúde, o ensino, a moradia, a violência etc são criações da classe capitalista, estão sob seu controle e que sua penúria se deve ao funcionamento do capitalismo. Aqueles que prometem as reformas vão ser os algozes dos trabalhadores no dia seguinte.

A vida coletiva das massas está comprometida pela exploração e pela desintegração do capitalismo. Não há possibilidade dos operários, dos camponeses pobres e da classe média urbana arruinada eleger uma força política que de fato governe o Estado em favor da maioria e imponha reformas ao capital, que contrariem seus interesses alimentados pelos recursos estatais.

As dívidas interna e externa, os incentivos aos negócios, os gastos com os aparatos (justiça, parlamento, forças armadas, banco central), e outras mais, estão acima de escolas, hospitais, moradias etc. Quanto mais se gastar com os capitalistas e menos com os

explorados, melhor será o governo para a burguesia.

Essa realidade econômica, social e política não pode ser vista pelas massas, sem que estejam organizadas por um partido operário revolucionário. Nas eleições, os explorados estão sob a pressão da classe inimiga. As eleições são o campo próprio da política da burguesia, por isso a maioria é arrastada a apoiar com o voto este ou aquele partido que objetiva perpetuar o regime de exploração e miséria dos trabalhadores.

Não temos ainda um partido revolucionário que possa influenciar parcelas importantes dos explorados contra a política eleitoral e o circo das eleições montada pelo Estado. Vemos o quanto é prejudicial para a classe operária e demais oprimidos dependerem da política burguesa.

A dependência chegou a tal ponto que os sindicatos e a CUT passaram a funcionar como agências de partidos burgueses ou pró-capitalistas. No período eleitoral, a burocracia sindical sai à procura de votos, desvia parte das finanças do sindicato e alimenta as ilusões em torno do reformismo. Passadas as eleições, mantém os sindicatos em silêncio diante dos ataques que os governos e seus asseclas parlamentares desfecham contra a

vida das massas.

Muitos sindicalistas ingressam no Estado se elegendo por força dos sindicatos. É do interesse de todos os partidos eleitorais terem em suas fileiras os sindicalistas e lideranças de movimentos. Para isso, abrem vagas para suas candidaturas.

A burguesia atua por cima das massas com seus partidos, imprensa, igrejas e muito dinheiro. E por baixo conta com a colaboração de uma rede de sindicalistas que desnaturalizam as organizações de luta da classe operária. Está aí a importância de se denunciar a burocracia carreirista como parte da luta pela independência dos sindicatos e CUT frente à classe capitalista e seus partidos.

Na impossibilidade de intervenção nas eleições com candidaturas revolucionárias, o Partido Operário Revolucionário (POR) defende o voto nulo programático. As reivindicações dos explorados serão arrancadas pela luta direta e de massa, jamais por meio de eleições. A tarefa programática se concentra na luta pela destruição do capitalismo, derrubando a burguesia do poder pela revolução proletária e transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

Fortaleza-CE

Carta aberta do POR aos trabalhadores

Contra a farsa eleitoral construir o Comitê pelo Voto Nulo programático e o Partido Revolucionário!

Abriu-se a temporada de caça aos votos dos trabalhadores. Os governos e os órgãos da justiça eleitoral (TSE, TERs), a imprensa e os partidos burgueses (PMDB, PSDB, DEM, PR, PTB, PDT entre outros) fazem uma intensa campanha de chamado aos trabalhadores e ao povo para “comparecer às urnas e escolher os melhores candidatos às eleições municipais deste ano”. Enganam os explorados com a ilusão de que um simples apertar de botão pode mudar a realidade miserável do povo. Tudo mentira e enrolação!

As eleições nada mudam! Só as lutas (greves, manifestações, passeatas etc) são capazes de fazer mudar as bárbaras condições de miséria e opressão em que vivem hoje milhões de trabalhadores. Todavia, para serem efetivamente conseqüentes, estas lutas precisam apontar para o caminho da revolução proletária.

Não haverá solução para a enorme crise social enquanto permanecer de pé o regime de exploração capitalista, que dá para banqueiros e empresários bilhões e bilhões em lucros e reserva ao povo a mais absoluta falta de perspectiva: favelização, escolas destruídas, transporte caótico, achatamento salarial, saúde sucateada, fome, desemprego, violência urbana, analfabetismo e nenhum acesso à cultura e lazer.

Nos períodos eleitorais, os candidatos dos partidos burgueses (empresários) buscam a todo custo os votos dos trabalhadores para continuarem a mandar no país, governar para os ricos e atacar as condições de vida do povo. A esse objetivo juntaram-se, há tempos, os traidores do PT e PC do B que hoje estão no poder de estado para servir aos capitalistas nacionais e estrangeiros (imperialismo). Ao mesmo tempo, o capital

financeiro agônico despeja sobre os explorados todas as suas mazelas: alta do preço dos alimentos, dos combustíveis, demissões, destruição de diretos, superexploração do trabalho etc.

Não existem candidaturas a serviço da luta anticapitalista que denunciem a farsa das eleições, desmascarem o engodo da politicagem burguesa, sua corrupção, seus acordos espúrios e defenda a ação direta de massas (greves, manifestações) e a estratégia da revolução proletária como saída para a crise da humanidade.

Diante deste quadro, o Partido Operário Revolucionário conclama os trabalhadores conscientes a construir nestas eleições o COMITÊ de defesa do VOTO NULO Programático e que se coloque em total contraposição à farsa eleitoral burguesa e pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Aperto a Chico Alencar

O Estado de São Paulo, em sua última “sabatina” aos candidatos a prefeitura do Rio de Janeiro, entrevistou Chico Alencar, do PSOL. Questionado sobre o que fará diante da dívida municipal de R\$ 8 bilhões com a União, saiu pela tangente com a generalidade de que “vai depender da radiografia da situação”.

Trata-se da velha e desmoralizada posição do PT – de onde veio o PSOL – de fazer uma auditoria para se saber o que é dívida justificada e injustificada. A resposta evasiva sobre um tema tão importante mostra a debilidade do candidato “socialista” frente aos interesses da burguesia e funcionamento da economia capitalista.

Questionado quanto à questão nacional da dívida externa, Alencar não defendeu o não pagamento e repudiou a acusação de calote, por considerar pejorativo. Pior: tirou o corpo fora e “afirmou que o presidente Lula deveria liderar um movimento internacional de renegociação”. (*O Estado de S. Paulo*). Como se vê, a posição do “socialista” é de se renegociar a dívida, sob o comando de Lula, que já mostrou sobejamente seu servilismo ao capital financeiro.

Sobre a escandalosa situação dos transportes da cidade, controlados por um punhado de proprietários, o candidato do PSOL condenou a “hegemonia e o lobby das empresas de ônibus”, mas como resposta disse que fará novas licitações. Ou seja, pretende pôr fim à hegemonia de determinados grupos por meio da concorrência e da lisura. Assim, acabará transferindo os transportes de um grupo a outro e as massas continuarão esfoladas pelo preço das passagens.

Indagado sobre o crescimento das favelas, Alencar deu resposta fácil, que qualquer burguês esperava: “A única maneira de combater a moradia inadequada é ter um programa continuado de moradia popular”. O “socialista” se esqueceu que as favelas são o retrato mais acabado da exploração capitalista, da pobreza e miséria da maioria. Alencar, você está prometendo como promete qualquer candidato da burguesia!

E sobre a criação de emprego, como respondeu o candidato do PSOL? Co-

meçou dizendo que emprego é um problema de “política nacional”, mas que ele como prefeito incentivaria pequenos negócios e prestação de serviços. Não Alencar, emprego não é um problema nem nacional, nem local, a burguesia jamais o resolverá. Trata-se de um problema que só a luta operária e popular poderá resolver. A bandeira contra o desemprego é “escala móvel das horas de trabalho”, sem redução salarial.

Sobrou um apertozinho: o que fazer com a candidata do Rio Grande do Sul, uma das musas da esquerda ex-petista, Luciana Genro, que recebeu R\$ 100 mil do poderoso grupo Gerdau? Esse questionamento foi fácil de responder: que Luciana devolva o dinheiro. E “se já recebeu e gastou, foi um erro”.

A resposta estava na ponta da língua, mas só aparentemente é fácil. Não se trata simplesmente de um erro, cuja devolução resolve tudo. Ocorre que o PSOL não tem proibição expressa contra toda e qualquer contribuição vinda de empresários, a não ser estrangeiro, banqueiro ou concessionário do poder público. Não estando em nenhuma dessa classificação, não há impedimento estatutário. Gerdau pode ser um contribuinte. O único problema é que não fica bem a uma candidata socialista exibir em seu currículo doações de grande capitalistas.

A cúpula do PSOL, da qual faz parte o ex-deputado petista Chico de Alencar, sabe perfeitamente que não é possível pôr em pé um partido eleitoral que conquiste postos no parlamento e no executivo (prefeito, governador, presidente) sem as contribuições dos empresários. Luciana não fez senão expressar essa condição. A tentação dos 100 mil agarrou a deputada de esquerda “incorrutível”, que não se peja em dizer trotskista. Quantos santinhos Luciana fará? Poderá melhorar sua imagem na TV? Se o PSOL não buscar financiamento de campanha comparecerá como um suicida.

Frente Rio Socialista

O PSTU compartilha com o PSOL a campanha pela candidatura de Chico Alencar. Ambos partidos comparecem unidos sob a sigla “Frente Rio Socialista”. Soa poético Rio Socialista. É isso

mesmo, não passa de uma imagem idílica. Chico de Alencar se encarregou de mostrar que de socialista não tem nada. Todas suas respostas são pró-capitalista, sequer encarna um programa radical de reformas democrático-burguesas.

Mais uma vez estamos diante de uma experiência da frente de esquerda, ou frente socialista, protagonizada pelo PSTU. No passado, essa tática eleitoral foi dirigida ao PT. Agora, vai ao encontro do PSOL.

No editorial do Opinião Socialista 350 – “Você verá nossos candidatos na luta” –, gaba-se: “Você não verá o PSTU coligado com partidos da burguesia em várias cidades e fazemos uma frente de esquerda com o PSOL em outras”.

De fato, o PSTU não fez nenhuma aliança eleitoral com partidos da burguesia, mas faz com o PSOL, como se fosse com socialistas. Neste ponto, a direção do partido falseia a realidade. Comparece no Rio como uma aliança socialista, quando se trata de uma aliança social-democrata, que sequer chega ao revolucionarismo dos mencheviques. Em Porto Alegre, o PSTU denuncia o apoio da Gerdau ao PSol, como se não estivesse coligado a ele em outras cidades. E se cala quanto às demais coligações do PSol pelo país, ou mesmo quanto ao fato desse partido ser uma frente de correntes, que negociaram com o PSTU as alianças regionais de acordo com interesses eleitoreiros.

A frente de esquerda do PSTU não tem objetivo de unir os revolucionários para combater a burguesia, sua democracia, a farsa eleitoral e as ilusões democráticas. Objetiva se unir a aparatos eleitorais. Com o PT, há muito se tornou impossível, agora a solução é o PSOL. Mas essa corrente ex-petista está livre para fazer frente tanto com o PSTU quanto com um partido burguês.

Não é de admirar que Chico de Alencar da Frente Rio Socialista mostrasse tanta desenvoltura e liberdade para defender posições pró-capitalistas e que Luciana Genro pudesse receber auxílio do grupo Gerdau.

Um dos deveres mais elementares dos marxistas é o de combater sem trégua os falsos socialistas. Fazer dos reformistas e

pró-capitalistas aliados socialistas contribui para acobertar as manobras pequeno-burguesas e burguesas contra o socialismo, contra o comunismo, contra o programa e a tática da revolução proletária.

Comentário a parte

No mesmo editorial, o PSTU diz corretamente que “a eleição é uma farsa dos ricos”. Denuncia o horário eleitoral, as promessas, a falsa polarização entre governo e oposição e a corrupção econômica do processo eleitoral. Observa que, devido a tudo isso, “existe um sentimento generalizado de repúdios aos ‘políticos’”. Explica que há um “desgaste da democracia dos ricos bem maior que a construção de uma alternativa revolucionária”. Portanto, sem um levante revolucionário das massas, a democracia dos ricos se impõe.

Em seguida, o editorial diz: “Está na hora de buscar um caminho distinto. O PSTU quer seu voto e seu apoio. Não basta ‘repudiar os políticos’”. É preciso apoiar uma nova forma de fazer política distinta. Uma política dos trabalhadores

contra a política burguesa. Não disputar este espaço aberto com as eleições é deixar que os que mandam neste país desde sempre continuem mandando”.

Sem dúvida, como há ilusões democráticas, a participação nas eleições com candidatos próprios se impõe ao partido revolucionário, uma vez que as condições políticas estejam dadas. Deve-se usar as eleições como tribuna para atacar a burguesia e defender o programa do proletariado. É preciso ser claro que com o voto as massas não mudarão nada, sempre triunfarão os partidos da burguesia; e a “democracia dos ricos” continuará a exercer a ditadura de classe da burguesia.

A formulação de que “não disputar este espaço aberto como as eleições é deixar que os que mandam neste país desde sempre continuem mandando” tem uma incorreção que revela a superficialidade da política do PSTU e sua orientação eleitoralista. Não há como “disputar o espaço aberto” com os partidos da burguesia, neste terreno prevalecerá o poder econômico. Por isso mesmo,

os que “mandam” no país continuarão a “mandar” enquanto prevalecer a política eleitoral e as massas forem arrastadas pelas ilusões democráticas.

Mesmo que o partido revolucionário ganhe força nas eleições, a burguesia continuará “mandando”, ou seja, exercendo sua ditadura de classe. (Nota-se que o conceito “mandar” é vulgar para o sentido exato da dominação de classe, não expressa uma explicação marxista) A burguesia perderá seu poder enfrentando a revolução proletária, e não enfrentado um partido revolucionário nas eleições.

O partido atua nas eleições justamente mostrando às massas que não disputa o poder com os partidos da burguesia por meio do voto e que sim defende o programa da revolução proletária. É o que o PSTU não faz. Os 16 pontos das “Propostas Emergenciais”, apresentados pelo PSTU, no “Opinião Socialista” n. 344, para as eleições municipais, desvinculados da defesa da revolução e ditadura proletárias não passam de promessas reformistas.

RN: Campanha eleitoral mostra as adaptações ao jogo da democracia burguesa O processo eleitoral tem se limitado ao jogo dos marqueteiros, pois para melhor convencer os trabalhadores vale de tudo

Poucos dias da campanha na TV, a candidata do PT, hoje aliada das oligarquias do estado, tenta de todas as formas subir no índice de aceitação, nem que para isso precise mudar fisionomia, formas de expressão etc. Mas isso não é de se estranhar de um partido pró-burguês.

A candidatura do PSTU não tem fugido da regra. Desce ao mais baixo nível na tentativa de convencer os trabalhadores. Usa crianças, filhos de candidatos, pedindo para votar em seu pai, elogia a justiça burguesa, enfim não apresenta nenhum programa classista e de luta, que se choque com os interesses dos opressores. Têm seguido à risca às imposições colocadas pelo jogo eleitoral.

Enquanto isso, a classe trabalhadora e a juventude que têm se envolvido seja para levantar uma bandeira e receber algum dinheiro ao final do dia, seja na perspectiva de conseguir um emprego é lançada na ilusão de um processo que

não pertence a ela. Um processo que o que vale é a disputa de interesses entre grupos que se alternam no poder e que ao ganhar irá manter a mesma miséria de vida para esses trabalhadores.

Os revolucionários atuam nesse processo desmascarando esse jogo de hipocrisia burguesa. Levantando as bandeiras que interessam os trabalhadores e mostrando que essas conquistas só virão com a derrubada de todo sistema de opressão capitalista, e que para isso a atuação destes trabalhadores enquanto classe majoritária, utilizando seus métodos próprios (greves, ocupações, piquetes, manifestações, etc) é que conquistará esse objetivo.

O POR atua nesse processo levantando a bandeira do voto nulo programático por entender que no estado não temos nenhum candidato que apresente um programa que contemple reivindicações dos trabalhadores e que aponte os métodos revolucionários para sua conquista.

Não pretendemos reformar um capitalismo apodrecido e nem muito menos vender ilusões aos trabalhadores de que votando em candidaturas que se dizem de esquerda essa situação irá mudar.

Os trabalhadores não devem esquecer que em seus sindicatos e associações as suas direções burocráticas fazem um leilão das reivindicações dos trabalhadores. Fazem o jogo das candidaturas e, portanto, não têm intenção de lutar. Os vários sindicatos no estado dirigidos pelo PT/PCdoB têm se mostrado engessados à candidata da oligarquia. O MST há muito tempo que não luta e não faz mais ocupações no estado, pois estão aliados ao governo do PSB.

Diante de tudo isso, o POR convoca os trabalhadores, juventude empobrecida, camponeses e todos os oprimidos a juntarem-se a nós no combate às medidas governamentais e patronais, participando da construção do Comitê em defesa do Voto Nulo Programático.

Manobras da burocracia das Centrais

Reconhecimento das Centrais Sindicais

O pesadelo dos burocratas era chegar ao final do governo Lula sem o reconhecimento das Centrais. No primeiro mandato, o governo criou o Fórum Nacional do Trabalho, que tinha como objetivo refazer a CLT e legalizar as Centrais sindicais para que pudessem partilhar dos “acordos” salariais e da fortuna do imposto sindical. Embora o relatório final ficasse arquivado até o segundo mandato de Lula, a burocracia não deu trégua. Por meio das direções dos sindicatos, manteve sua política de eliminação de conquistas trabalhistas, como a redução de piso, terceirização, banco de horas etc. E pela via do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) entregou os dados cadastrais de filiação para que o reconhecimento fosse efetivado.

Lula não podia permitir que o pesadelo se voltasse contra seu governo. Desmembrou o relatório acordado e fez aprovar o reconhecimento oficial das Centrais, conforme as regras anteriormente estabelecidas.

Função das Centrais

O reconhecimento por parte do governo implicava a aceitação das atribuições de uma Central. Portanto, o que determina a função de uma Central passa ser o Estado e não os trabalhadores por meio de seus organismos.

Foram estabelecidas duas funções: 1) “coordenar a representação dos trabalhadores por meio das organizações sindicais a ela filiadas”; 2) “participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite...”.

Torna-se evidente que o reconhecimento servirá para a que burocracia possa, por meio da Central, compor junto com o governo e os exploradores os “fóruns” e o “diálogo social”. O que significa dizer que o reconhecimento é a oficialização da conciliação de classe.

Seleção e exclusão

O direito ao reconhecimento de uma Central foi fixado em 4 itens: 1) “filiação em pelo menos 100 sindicatos distribuídos nas 5 regiões do país”; 2) “filiação em pelo menos 3 regiões do país de, no mínimo 20 sindicatos em cada uma”; 3) “filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 setores de atividade econômica”; 4) “filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% do total de empregados

sindicalizados em âmbito nacional”. Há uma transição de 2 anos para a demonstração dos 7%, enquanto isso valem os 5%.

Por meio dessas regras, a burocracia selecionou quem terá o direito da carta de reconhecimento. Certamente, os “mais fortes”, “os mais poderosos” e os que já demonstraram fidelidade ao governo e à classe capitalista. O MTE reconheceu 5. Eis as centrais e os sindicatos a elas vinculados: 1) CUT- 1644; 2) Força Sindical-749; 3) Nova Central (NCST)-612; 3) UGT- 412; 4) CTB – 279; 5) CGTB- 206. Os burocratas que não tinham o número de sindicatos exigidos tiveram tempo para se unificarem ou para se dividirem (como foi o caso do PCdoB que saiu da CUT para criar sua própria central- CTB).

A burocracia tratou de impedir que outras centrais viessem a disputar a fatia do imposto sindical.

Milhões vieram para os cofres dos burocratas

Antes do reconhecimento das centrais, os burocratas discursaram contra o imposto sindical. Logo em seguida, foi anunciada a partilha do imposto. Coube à CUT 19,8 milhões de reais; à Força Sindical, 15,1 milhões; a UGT, 8,8 milhões; a NCST, 6,6 milhões; a CTB, 2,9 milhões e a CGTB, 2,4 milhões. O MTE divulgou que mais 12 centrais estão já cadastradas, entre elas a CGT, CAT e Conlutas, mas deixaram de cumprir as exigências da lei.

Em seguida, a CUT retomou a discussão sobre o fim do imposto sindical e sua substituição pela contribuição negocial, conforme constou da proposta de reforma sindical e trabalhista acordada no Fórum Nacional do Trabalho.

O fato é que com ou sem o imposto sindical, a burocracia arrancará milhões de reais dos assalariados.

Contribuição negocial, nova fórmula de espoliação dos trabalhadores

Agora, em agosto, foi apresentado o projeto de lei de substituição do imposto sindical para ser votado no Congresso Nacional. Destacamos 5 dos itens que atingem diretamente os explorados: 1) “institui a contribuição negocial, devida por todos os trabalhadores que participem de uma categoria econômica ou profissional, servidores públicos e traba-

lhadores rurais”; 2) cada entidade sindical estabelece “um quorum mínimo em seu estatuto para a aprovação da contribuição negocial”; 3) inclui “todos os trabalhadores abrangidos na negociação”; 4) cria um “texto máximo”, mas ainda sem delimitar valores; 5) “vincula a cobrança à Negociação Coletiva ainda que frustrado o acordo”.

Essa proposta elaborada pela CUT contou com a colaboração do MTE. A burocracia da CUT ficou na defensiva quando a grande imprensa, numa campanha contra as organizações sindicais dos trabalhadores, denunciou que a contribuição negocial era mais rendosa do que o imposto sindical. As explicações da burocracia acabaram expondo as manobras em torno do índice. Ou seja, não apresenta valor no projeto de lei, abre debate com os deputados, mas tem na manga o percentual acordado no Fórum Nacional do Trabalho de “0% a 1%”. Quanta malandragem!

Na realidade, o imposto sindical e a contribuição negocial têm a mesma essência: arrancar do trabalhador o dinheiro para sustentar os aparatos sindicais riquíssimos, controlados pela burocracia. Nada tem a ver com a organização dos movimentos contra o patronato e governos.

Respostas dos trabalhadores

1. Combater a burocracia sindical, que controla os sindicatos e as Centrais, por meio da constituição das frações revolucionárias, organizadas desde as bases e sob o programa da luta de classe;
2. Rechaçar a Lei de Lula que reconhece as Centrais Sindicais como instrumentos de contenção dos movimentos sociais e de colaboração de classe (diálogo social);
3. Rejeitar o projeto da CUT de substituição do imposto sindical pela contribuição negocial. Defender que não haja nenhum desconto nos salários dos trabalhadores. E que seus organismos sejam mantidos unicamente por meio da contribuição de filiação. Combater a visão empresarial de sindicatos e centrais adotada pela burocracia;
4. Condenar as manobras das direções sindicais para obter o reconhecimento da central por parte do Estado;
5. Defender a independência organizativa dos trabalhadores frente aos governos e ao Estado.

Dívidas interna e externa sufocam o país

Resposta da classe operária

Em seis meses (janeiro a julho), foram pagos em juros 106,8 bilhões de reais

Gasto mensal com títulos públicos é de 7,7 bilhões de reais – Dívida pública aproxima-se de 1,5 trilhão de reais

Os dados acima indicam que o governo Lula segue as diretrizes do grande capital. O Brasil tem cumprido o pagamento dos juros das dívidas interna e externa. Extrair mais de 100 bilhões de reais em seis meses para o pagamento aos especuladores internacionais e nacionais é a receita imperialista. O controle do Banco Central nas mãos de Meirelles dá ao mercado financeiro a confiança necessária de que a prioridade nas contas do governo é o pagamento dos juros aos credores e a manutenção das taxas altas de juros para atrair os rapinas.

Aparentes conflitos

Os efeitos da crise econômica nos Estados Unidos e suas consequências para o mercado mundial ressoaram na política do governo por meio de duas posições: a de Meirelles e a de Guido Mantega (Ministro da Fazenda). Mantega anunciou que a sua meta é “o déficit nominal zero a partir de 2010”. Isso quer dizer que o governo fecharia as contas sem nenhuma pendência (zero a zero), pagando todas as despesas, incluindo os juros. Para isso, diz o ministro que as taxas de juros altos são obstáculos. Por sua vez, Meirelles continua impondo as regras para a situação: juros altos e desaceleração da economia.

São duas visões de uma mesma política. Na essência é a mesma: cumprimento das metas do superávit fiscal, pagamento dos juros das dívidas e manutenção dos especuladores dentro do país. Mantega quer entregar o governo com as contas em dia e Meirelles quer garantir os altos ganhos dos banqueiros. Para o ministro mais próximo de Lula, a desaceleração da economia traz o risco de desemprego, queda no consumo e menor arrecadação tributária. Do ponto de vista eleitoral para o PT, a ortodoxia de Meirelles não faz bem.

Na realidade, o que assola o país é a orientação dos credores imperialistas, que exigem superávits positivos para manter seus investimentos. Se isso implica a desaceleração ou não da economia, o problema é do governo. O que importa é que o país mantenha a qualquer custo os compromissos financeiros com os grande capital.

Caminho sem volta

Repetimos: a política econômica do governo Lula é a exigida pelos organismos imperialistas. Por essa via, não há vantagem em favor do país e dos explorados. As consequências não têm sido mais duras porque agora conta a seu favor com os resultados positivos da economia mundial. O que lhe permite colher dólares com as exportações e especulação ao redor da dívida e arrecadar mais impostos com o aquecimento interno.

A política de juros altos faz crescer a dívida interna (empréstimos assumidos pelo governo junto aos bancos e empresas, contraídos em Real), na grande maioria resultante de títulos públicos que são negociados no sistema financeiro. Ao mesmo tempo em que favorece os especuladores internacionais, volta-se contra o país. Ao emprestar o dinheiro, o governo entrega aos credores títulos e quem os possui tem a garantia do valor emprestado e os juros. É uma bola que se multiplica da noite para o dia. Veja a que ponto chegou. De 1995 a 2007 foram pagos 651 bilhões de reais em juros. A dívida em 1995 de 62 bilhões passou para 1 trilhão e 390 bilhões de Reais, em 2007.

Em relação à dívida externa, a situação não é diferente. Trata-se de

uma dívida que tem de ser paga em moeda estrangeira. Para obtê-la, depende das exportações, de investimentos estrangeiros e empréstimos. A dívida pode ser pública ou privada, que está sujeita à fiança do governo. O governo Lula fez alarde com o pagamento de 15,5 bilhões de dólares ao FMI, como se tivesse zerado a dívida externa. O resultado está aqui: em 2006, a dívida externa era de 199,37 bilhões de dólares e, no final de 2007, estava em 243,87 bilhões de dólares. Teve um aumento de US\$ 44,49 bilhões, reduziu a pública e aumentou a privada.

A receita do governo para honrar essas volumosas dívidas tem sido a de elevar as exportações, aumentar os impostos e reduzir os gastos em serviços sociais públicos, atingindo áreas fundamentais, como saúde, educação e previdência. A entrada de moeda estrangeira depende, em grande medida, das exportações e estas dependem do mercado mundial. As recentes manifestações de queda, provocadas pelas instabilidades da economia norte-americana, foram suficientes para o Banco Central anunciar um freio na economia nacional.

O peso da dívida

O governo, para comprar dólares e aumentar as reservas, está obrigado a emitir títulos públicos, que são pagos por meio de juros altos, cerca de 13% anual. As reservas brasileiras são investidas em títulos norte-americanos, que rendem menos porque os juros estão em média de 4,5% ao ano e o dólar desvalorizado em relação a outras moedas. Como vimos, é um círculo vicioso em que o país só perde.

O fundamental está em que são as massas trabalhadoras que arcam com o peso das dívidas e da política de favorecimento ao grande capital e aos especuladores. Do orçamento do governo (2007), mais da metade ficou para o pagamento das dívidas (53,2%), à educação, coube 2,58% e, à saúde, 5,17%. Para seu programa de reforma agrária, destinou 0,46%.

Como se vê, o corte de recursos aos serviços públicos penaliza a maioria da população, que depende unicamente desses serviços. Soma-se a isso o salário mínimo miserável de R\$ 415,00, que condena grande parte dos aposentados a viverem na indigência e a juventude é podada na fase de desenvolvimento de suas capacidades físico-mentais.

Medidas que respondem ao saque praticado pelos especuladores

Diante do saque que é feito no país com o pagamento das dívidas e o peso delas sobre os explorados, é necessário defender:

1. Não pagamento das dívidas interna e externa. Os banqueiros lucraram e lucram como nunca às custas da miséria do povo e da submissão do país. Não cabe auditoria da dívida ou outra forma de subterfúgio. A dívida foi mais do que paga e não passa de um instrumento de parasitismo sobre o país.
2. Rechaço às medidas governamentais que só servem de proteção aos especuladores;
3. Expropriação sem indenização de todo o sistema financeiro, sob o controle operário.
4. Saúde, educação, previdência públicas a todos. Fim da rede privada.
5. Por um governo operário e camponês, resultado da luta dos explorados contra os exploradores.

A farsa de que o Brasil está acabando com a pobreza

O governo Lula vem propagando que a concentração de renda se reduziu no país, que houve queda na “desigualdade social”, que o número de pobres diminuiu e o número de ricos aumentou. Afirma isso, apoiado nos dados fornecidos pelos institutos de pesquisa ligados ao governo.

Quais são os dados? Vejamos alguns estudos realizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que assessora o governo federal.

Como o governo apresenta a redução da desigualdade social

No estudo apresentado no *Comunicado da Presidência nº 6*, de junho de 2008, o IPEA utiliza o índice de Gini (parâmetro internacional), para mostrar “a queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas”, que intitula o documento. Tal índice vai de 0 a 1, quanto maior ele for maior é a desigualdade (mais próximo está da “desigualdade extrema”). Os dados mostram que, do quarto trimestre de 2002 para o quarto trimestre de 2007, o índice de Gini passou de 0,543 para 0,503; até o primeiro trimestre de 2008 o índice é de 0,505. Alega que isso indica que os pobres recuperam em quase 5 vezes a renda que os ricos e estima que até o final do mandato de Lula (2010) o índice deve cair para 0,490.

A tão alardeada “redução da desigualdade” consiste em 7,4% de 2002 para 2007 e de 7% para 2008. Além disso, leva em conta a renda média do trabalho dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos: os primeiros recebiam por volta de R\$ 169,22, em 2003 e R\$ 206,38, em 2007 e os segundos, cerca de R\$ 4.625,74, em 2003 e de R\$ 4.853,03, em 2007. Finalmente, só considera a população “ocupada”.

Comparações exitistas

No *Texto para Discussão nº 1339: O ritmo de queda na desigualdade no Brasil é adequado? Evidências do contexto histórico e Internacional*, de maio de 2008, o IPEA procura demonstrar que a superação da desigualdade social leva anos e que o Brasil está no caminho certo para atingi-la. O ritmo de queda de 0,7 ponto de Gini ao ano no Brasil é superior ao ritmo

que todos os países analisados seguiram, com exceção da Espanha (0,9 ponto ao ano). No Reino Unido, no período de maior queda (de 1938 a 1954), o ritmo de queda de Gini foi de 0,5 ao ano e nos Estados Unidos, de 1929 a 1944, de 0,6.

Em outros países, o ritmo de redução é menor: na Holanda de 0,2 ponto ao ano e na Suécia de 0,5. Mas, é importante também manter o ritmo de redução, manter o “esforço distributivo” (o esforço em reduzir a “desigualdade social”) e, neste caso, na Holanda, se manteve por 43 anos e, na Suécia, por 33 anos.

A conclusão do governo é a de que o ritmo no Brasil é adequado, porém é necessário mantê-lo por outras duas ou três décadas. Mantido o Gini em queda de 0,7 ponto ao ano, o Brasil alcançará os níveis de desigualdade dos Estados Unidos em 12 anos (até 2018), do México em 6 anos e do Canadá em 24 anos. Tais comparações não passam de elucubrações estatísticas para exaltar o governo e obscurecer as leis de exploração do capitalismo que aumentam a riqueza de um lado e a miséria do outro.

A fantástica redução da pobreza

No estudo apresentado no *Comunicado da Presidência nº 7: Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano*, de agosto deste ano, aponta: em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro), de 2002 para 2008, a taxa de pobreza caiu de 32,9% para 24,1% e a de indigência de 12,7% para 6,6%. Como os dados de 2008 estão apenas estimados, considerando o período de 2002 até 2007, o número de pobres passou de 32,9% para 25,2% e o de indigentes de 12,7% para 7,3%. Esses dados exigem maior atenção.

Em termos percentuais, tudo parece bem, mas o problema é que, em termos absolutos, tratam-se de 14.352.763 pessoas pobres em 2002; 11.756.563, em 2007 e 11.356.714 até agora em 2008. No caso de indigentes, temos 5.562.107 pessoas em 2002; 3.414.775, em 2007 e 3.123.876 para 2008. Ou seja, a diminuição do número de pobres (em 2.596.200) e de indigentes (em 2.147.332) de 2002 para 2007 não al-

tera a situação de penúria de 14.480.590 brasileiros. São considerados pobres aqueles que têm renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 207,50) e indigentes os que têm renda igual ou inferior a ¼ do salário mínimo (R\$ 103,75).

Além disso, os dados apresentados referem-se apenas às regiões metropolitanas pesquisadas, as quais, entre 1992 e 2006, correspondiam cerca de 26% da população brasileira. Mais detalhadamente, segundo informações do IPEA: tais regiões metropolitanas contavam com apenas cerca de 17% dos pobres do país (com oscilações de 15% a 18%, no período) e cerca 42% dos ricos (com oscilações de 54% a 36% no período). Neste sentido, não é possível cantar vitória com a queda de 20,9% do número de pobres e de 43,8% do número de indigentes entre 2002 e 2008 (ou de 18,1% e de 38,6%, respectivamente, entre 2002 e 2007).

Na linha da propaganda lulista, o instituto de pesquisa e alardeia o aumento do número de ricos, os quais de 448.493 em 2002 passaram para 476.596 em 2008. Neste caso, o percentual não causa impacto, já que tanto um número quanto outro não passam de 1% do total da população das regiões metropolitanas analisadas. Ou seja, trata-se de uma minoria, cujos membros pertencem a famílias com renda igual ou maior que 40 salários mínimos (R\$ 16,6 mil). Observamos que o critério é a renda e, mesmo assim, não foca apenas as grandes fortunas. Soma-se a isso o fato de se considerar a renda familiar, diferentemente do que se tem em conta no caso dos pobres e indigentes, o que amplia o número de “ricos”.

O IPEA destaca que, de 2002 até 2008, houve redução de 1.152 milhão de pobres em São Paulo e de 571 mil no Rio de Janeiro. Nas duas regiões metropolitanas, no entanto, concentra-se o maior número de pobres: 3.986 milhões em São Paulo e 2.587 milhões no Rio de Janeiro, seguidas por Recife (1.552 milhão), Salvador (1.286 milhão), Belo Horizonte (1.147 milhão) e Porto Alegre (798 mil). O número absoluto de ricos nas regiões

não é mostrado na pesquisa.

Desconsidera-se que o problema está na propriedade dos meios de produção, que garante a exploração, porém os fatos se sobrepõem à demagogia e os dados levam o instituto a admitir que boa parte dos ganhos conseguidos não é repassada aos trabalhadores. Entre 2001 e 2008, enquanto aumentou a produção física em 28,1% e os ganhos com produtividade do trabalhador em 22,6%, a folha de pagamento por trabalhador cresceu só 10,5%. Como se vê, houve intensificação na exploração e alta lucratividade para a classe capitalista.

Finalmente, verificamos que, em maio deste ano, o IPEA chegou a divulgar um outro estudo, em que afirmava que a concentração de renda no Brasil, conseqüentemente, a desigualdade social é imensa, se mantendo entre as maiores do mundo. Apontava que 10% da população mais rica detêm 75,4% de todas as riquezas do país, sobretudo em São Paulo (a minoria detém 73,4% de toda a riqueza), em Salvador (67%) no Rio de Janeiro (62,9%). Afirmava que pouco mudou desde o século XVIII, quando os 10% mais ricos concentravam 68% da riqueza, na capital do país (na época Rio de Janeiro).

Apesar das manobras reformistas dos institutos de pesquisa e do assistencialismo disfarçado de “conquistas” do governo Lula, os dados deixam claro que sem a transformação da propriedade privada dos meios de produção (base da sociedade capitalista) para a propriedade coletiva / social (base do socialismo) não haverá solução para a desigualdade social. Mantendo-se o atual estado de coisas, a burguesia continuará livre para se apropriar das riquezas produzidas pelos trabalhadores.

Inflação é um sintoma da crise capitalista

Com o Plano Real de Fernando Henrique Cardoso, os capitalistas tiveram um respiro frente a desenfreada inflação. Durante todo um período inflacionário, os salários foram rebaixados, uma vez que não foram reajustados na mesma proporção. O Plano Real contou justamente com a brutal expropriação dos assalariados. O controle

inflacionário, sem que repusessem as perdas salariais, serviu de bandeira para a burguesia e seu governo dizer aos trabalhadores que a estabilidade era o melhor dos mundos e que para mantê-la teriam de contentar com os ganhos miseráveis.

O governo Lula reproduziu essa política, contando com o apoio da burocracia sindical. Em pouco tempo, a inflação veio à tona e o custo de vida explodiu. A conversa da burguesia é de que os assalariados não podem reivindicar reajustes integrais e muito menos aumentos reais, senão alimentariam a inflação. Lembremos que no ciclo inflacionário, principalmente no governo de José Sarney, os capitalistas culpavam os salários pela fúria inflacionária. Certamente, uma justificativa bastarda porque não são os reajustes e aumentos salariais que causam a inflação.

A defesa da escala móvel de reajustes dos salários é uma conseqüência da inflação e do custo de vida desencadeados pela crise capitalista. Assim que a retomada da inflação se afirmar, por enquanto ela apenas se manifestou, a burguesia irá culpar os salários. Se os sindicatos não estivessem sob o controle da burocracia pró-capitalista e pró-governo, estariam denunciando as perdas salariais, mostrando aos trabalhadores a fonte da inflação, trabalhando pela escala móvel de reajuste e pelo salário mínimo vital.

Aumento dos preços dos produtos

De acordo com pesquisa do Dieese, de agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) elevou-se de 3,14% de 2006 para 4,46% em 2007 e atingiu 6,37% em 12 meses (de agosto de 2007 a julho de 2008). O Índice do Custo de Vida (ICV) mostra alta acumulada de 7,04% nos preços.

Para este instituto de pesquisa, no entanto, a alta dos índices não revela um aumento generalizado dos preços, mas sim uma “inflação de alimentos”, sobretudo os que fazem parte da cesta básica de consumo da família brasileira. Em um ano, os alimentos apresentaram variação de preços de 15,54% pelo IPCA e de 16,08% pelo ICV. Veja a tabela abaixo.

Variação dos preços por grupo de despesa

Agosto de 2007 a julho de 2008

Grupos de despesas	IPCA	ICV
Alimentos	15,54%	16,08%
Habitação	3,57%	6,30%
Artigos de residência	-0,20%	-
Equipamento Doméstico	-	-1,84%
Vestuário	5,56%	-0,40%
Transporte	3,02%	1,27%
Saúde	5,52%	2,50%
Despesas Pessoais	6,68%	6,85%
Despesas Diversas	-	13,42%
Educação	4,42%	-
Educação e leitura	-	5,17%
Comunicação	1,12%	-
Acumulado em 12 meses	6,37%	7,04%

Dentre os produtos que mais apresentaram aumento de preços entre janeiro de 2007 e julho de 2008 estão: o feijão (151%), a farinha de trigo (52,60%), o óleo de soja (51,70%), a carne bovina (39,40%), o arroz (38,70%), o leite *in natura* (30,80%) e o pão francês (26%). Neste período (diferente do período da tabela acima) a alta acumulada para os produtos alimentícios em geral (além dos mencionados) foi de 23,1%.

Entre janeiro e julho de 2008, as variações acumuladas de preços dos alimentos são bastante elevadas para praticamente todas as 16 capitais analisadas pelo Dieese. Só em Goiânia, essa variação ficou abaixo de 10%, isto é, em torno de 7,86%; em Curitiba (com 30,48%), Recife (com 26,99%), em Natal (com 26,04%), em João Pessoa (com 25,67%) e em Florianópolis (com 25%), os aumentos foram significativos. Nos últimos 12 meses (de agosto de 2007 a julho de 2008), todas as capitais pesquisadas apresentaram aumentos de preços dos alimentos expressivos. O menor foi em Porto Alegre (29,02%) e os maiores em Fortaleza (52,48%), Belo Horizonte (52,13%) e Curitiba (45,55%), seguidos de Natal (42,71%), Salvador (41,90%), Vitória (40,33%), Florianópolis (37,66%), Recife (37,55%), Aracaju (37,51%), Brasília (37,37%), Belém (36,58%), João Pessoa (35,77%), Rio de Janeiro (35,07%), São Paulo (34,84%) e Goiânia (34,05%).

A INFLAÇÃO E OS SALÁRIOS

Considerando a inflação, em geral, o Dieese destaca que, embora a taxa do Brasil tenha se elevado ultimamente, “nada aponta para um descontrole”. Ou seja,

comparado a outros países, o Brasil apresenta uma das menores taxas: 6,37% (em 12 meses, encerrado em maio de 2008) contra, por exemplo, quase 30% da Venezuela, cerca de 17% do Paquistão e 15% da Rússia. Seu índice se aproxima de Hong Kong, Bêlgica e Coréia do Sul (entre 5 e 6%).

A taxa de investimento (formação bruta de capital), por outro lado, cresce mais rapidamente que o consumo: no primeiro trimestre de 2007, o investimento ficou em 8,8% e o consumo das famílias em 5,8%; no mesmo trimestre de 2008, essas taxas foram de 15,2% e 6,6%, respectivamente. Isso significa, de acordo com o instituto de pesquisa, que não é o aumento da demanda que explica a alta dos preços. Exemplifica que a safra agrícola bateu recorde em 2007 e deve repetir isso em 2008, evidenciando que não há desabastecimento interno dos principais produtos. Está claro que o Dieese desconsidera que parte significativa da produção agrícola é exportada, o que reduz a oferta interna. O fato é que a alta dos preços não tem nenhuma base na relação oferta/demanda, mas sim na especulação internacional ao redor dos preços das matérias-primas e alimentos. O salto inflacionário foi importado.

Não é possível, de acordo com o Dieese, atribuir ao aumento de salários a alta

da inflação. O salário médio na indústria vem crescendo abaixo da produtividade e não alterou sua participação na renda nacional. Ou seja, não houve o aumento do consumo por causa do aumento salarial, o que levaria a demanda a crescer e, portanto, aumentaria o preço dos produtos. De 2004 a 2007 (novembro), o crescimento da indústria geral (produção física) saltou de 7% para quase 20%, a produtividade saltou de 4% para cerca de 12%, enquanto as horas pagas passaram de 4% para 7%.

Além disso, dados revelam que de 2004 a 2007, reduziu de forma significativa o percentual do salário em relação ao PIB: em 2004, era de 44,2% (291 aumentos reais ou superiores ao PIB em número absolutos); em 2005, o índice ficou em 0 (o número absoluto também); em 2006, passou para 9,6% (63 aumentos) e, em 2007, para 2,7% (19 aumentos).

Está claro por esses dados que os salários continuaram represados, a lucratividade aumentou e o custo de vida explodiu. As massas recebem o impacto dos desequilíbrios econômicos do capitalismo.

Salário mínimo do dieese não corresponde ao salário mínimo vital

De qualquer maneira, para o mês

de agosto (cálculo de julho), o menor valor da cesta básica ficou em R\$ 194,90, em João Pessoa e o maior em R\$ 259,29, em Porto Alegre. Este valor, como temos explicado, é individual. A cesta básica familiar, isto é, o Custo Familiar de Alimentação (família de 4 pessoas), sobe o menor valor de cesta para R\$ 584,70 e o maior para R\$ 777,87. Isso porque a tabela considerada (*Tabela de Provisões Básicas*, de 1938, governo Vargas) pelo Dieese é precária em termos de quantidade e variedade de alimentos. Ainda assim, estabeleceu para agosto um salário mínimo de R\$ 2.178,30 para dar conta da alimentação e demais despesas. Esse valor, por si só, mostra a miséria que representa o salário mínimo, com o qual milhões estão obrigados a viver.

Ainda assim, os cálculos do Dieese não correspondem as necessidades totais. O salário mínimo vital, segundo nossos cálculos de fevereiro, atinge o valor de R\$ 2.750,00.

É necessário defender radicalmente a vida das massas contra a exploração capitalista. Nossa luta é pelo salário mínimo vital e pela escala móvel de reajuste.

Os maoístas de Rondônia conciliados com a reitoria da universidade federal – UNIR realizam o 5º Congresso da Liga dos Camponeses pobres (LCP) nas dependências da universidade

Nos dias 22 e 23 de agosto correu o 5º Congresso da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia. A Universidade Federal (UNIR) sediou os trabalhos do Congresso.

Sem dúvida, os trabalhadores devem ocupar dependências públicas, como a universidade, para promover suas atividades. Ocorre que a UNIR foi cedida para o 5º Congresso devido à conciliação dos maoístas com a reitoria e à política de arregimentação dos camponeses para apoiar a política dos reformistas. Não por acaso, a mesa de abertura foi composta pela reitora Ivonete Tamboril, do PT, e a pró-reitora Josélia, também do PT.

Em momentos eleitorais, todo tipo de oportunistas e carreiristas aparecem como patrocinadores dos movimentos sociais. As direções da Liga dos Cam-

poneses Pobres (LCP) se encarregam de prestar esse serviço ao PT e à burocracia universitária.

Não por acaso, os maoístas marginalizaram o POR do Congresso. Conhecem nossa crítica e luta pela independência do movimento camponês, que será conquistada por sua aliança com a classe operária.

Nas palestras, a LCP defende a revolução agrária, mas nos fatos permanece aliado às posições contrárias ao programa da aliança operário-camponesa, que objetiva a revolução social, à expropriação da burguesia e transformação da grande propriedade capitalista em propriedade social, coletiva, socialista. Isso explica por que o 5º Congresso não aprovou uma linha de luta pela expropriação dos latifúndios, controle dos camponeses pobres

da terra, constituição dos comitês de autodefesa e unidade com a classe operária.

Questões de grande importância, como o avanço da exploração capitalista na Amazônia e a política governamental de apoio às grandes corporações não puderam ser respondidas por um programa de expropriação da grande propriedade, autodeterminação dos povos indígenas e proteção aos pequenos agricultores.

Com isso, o governo está com as mãos livres para ir adiante com a hidrelétrica do Rio Madeira.

O Congresso da LCP confirma a necessidade da luta pelo programa proletário no seio dos camponeses e pela independência do movimento frente à política burguesa da reforma agrária.

Professores-SP

Depois de quebrar a greve, burocracia procura a conciliação com o governo

Dia 22 de agosto foi realizada a primeira assembleia dos professores após o fim da greve (04/07/08) de 21 dias, cujas mobilizações massivas tomaram as principais avenidas da capital. A suspensão da greve pela burocracia, ao invés de mudança de método, deixou o governo Serra de mãos livres para continuar atacando os professores, mantendo e criando medidas. De outro lado, também deixou mais à vontade a burocracia que dirige o sindicato (Articulação e Art Nova / PT e Corrente Sindical Classista / PCdoB) para manter sua linha imobilista e de apoio ao governo Lula.

Serra desfecha mais ataques

Serra manteve a essência do Decreto 50.037: a demissão de milhares de professores contratados (OFA's). Sua reformulação (passou a ser o Decreto 53.141) trouxe alterações mínimas que não mexem nesta questão central. As provinhas serão realizadas, os que não passarem ficarão desempregados e os que forem bem não terão garantia de trabalho, pois terão de optar por uma escola antes de sua classificação, caso não haja vaga na mesma, irão para o final da fila.

O reajuste salarial de cerca de 5% e a incorporação da Gratificação por Trabalho Educacional (GTR) gerou um reajuste de R\$ 85,41 (no salário base de PEB I, nível I, jornada de 24 horas) a R\$ 150,22 no máximo (no salário base de PEB II, nível V, jornada de 30 horas, conseguido, no mínimo, após 18 anos de carreira). Assim, hoje o professor tem um salário de R\$ 785,50 a R\$ 1.381,59, o restante é gratificação, podendo ser retirada a qualquer momento e não estendida aos aposentados. Continua o arrocho salarial.

Como saldo da farsa da negociação para o fim da greve, os professores ainda enfrentam problemas para a reposição e pagamento das aulas. Mantém a superlotação das salas de aula, a precarização de diversos prédios, a ausência de construção de novas escolas e reabertura daquelas fechadas, dentre outros problemas.

Se não bastasse tudo isso, lançou o

PLC 41/08, que institui as novas regras para o bônus, isto é, a AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, que tinha sido anunciada há muito tempo. Pelas novas regras, serão premiados os funcionários, a direção e a coordenação das escolas que se saírem bem na prova realizada pelos alunos (Saresp / IDESP). Os professores ainda serão submetidos a um cálculo de assiduidade (suas faltas serão descontadas do bônus). Serra quer implantar uma "Bonificação por Resultados", isso consta claramente no referido projeto de lei complementar. É contrário à isonomia salarial, quer pagamento diferenciado conforme o mérito, o desempenho.

Burocracia sindical não responde aos ataques de Serra

A burocracia não pode responder aos ataques de Serra. Isso implicaria mobilizar os professores, o que poderia se voltar contra ela, já que os trabalhadores em luta radicalizam suas ações. Por isso, a greve de junho / julho não era pretendida pela diretoria burocrática do sindicato, foi a pressão da base que a desencadeou, com o apoio da vanguarda (correntes de oposição). Logo que encontrou uma porta de saída – negociação com o governo Serra / Secretaria da Educação mediada pelo TRT – não vacilou em encerrar o movimento. E o fez com o apoio de correntes que se colocam no campo da oposição (Oposição Alternativa). Chamou a farsa do "estado de greve", com a promessa de nova assembleia (entre os 08 e 10/07), que não foi cumprida.

Assembleia esvaziada

Em 22/08, mostrou que, como antes, diante dos ataques de Serra não tem como responder senão com o imobilismo. Neste sentido, propôs: negociação mediada pelo TRT e "exigência" de cumprimento de leis federais que apresenta como "conquistas" para a educação (melhoria da qualidade). Por isso, não moveu uma palha para mobilizar os professores, conseguindo uma assembleia esvaziada e dispersa, na qual apresentou um rol de propostas, utilizando

o método ditatorial para não permitir a discussão e votação de propostas contrárias às suas.

Rejeitou a lei do bônus, com avaliação de desempenho, apresentando as propostas de reajuste que reponha as perdas salariais; incorporação de todas as gratificações; fim da política de bônus e abonos; novo plano de cargos e salários que valorize a carreira; melhores condições de trabalho; fim da aprovação automática e da superlotação das salas de aulas; redução da jornada sem redução do salário; implantação de Filosofia e Sociologia em todas as unidades do ensino médio, concurso público classificatório, campanha contra a municipalização, entre outras. Quanto ao salário, não vai a fundo nem na bandeira de piso do Dieese, que diz ser sua proposta. Quanto à redução da jornada, não se atreve nem a defender a proposta aprovada em congresso de 20 horas em sala de aula, 10 horas de horário pedagógico na escola (HTPC) e 10 horas em local de livre escolha (HTPL).

A burocracia age assim, porque lhe interessa mesmo é a aprovação da lei do Piso Salarial Nacional de Lula / PT, tanto que apresentou a proposta de aplicação imediata pelo governo do estado de São Paulo da Lei 11.738, que institui o Piso Salarial Nacional. De acordo com tal lei, o piso para os professores do país passa a ser de R\$ 950,00 para 40 horas semanais. Como, para São Paulo, este valor é irrisório, a burocracia se apegou a outro ponto do decreto: a recomposição de jornada, com 1/3 (33%) dela destinado ao trabalho pedagógico. Alega que tal medida vai de encontro a nossa reivindicação de redução da jornada de trabalho e gerará milhares de emprego. Neste ponto, mais uma vez teve o apoio do PSTU / Oposição Alternativa, que diz não concordar com a lei do piso, mas sim com a "redução da jornada" que ela traz e se somou a ela na defesa da lei de Lula/PT. Com uma manobra burocrática, as demais propostas, sobretudo contrárias ao piso, foram contrapostas num bloco só na hora da votação, apesar dos protestos de diversas correntes de oposição.

Como resultado desta assembléia, que não serviu para reorganizar os professores para a luta, na audiência de conciliação realizada dia 27/08, o TRT propôs “negociação” entre o governo / Secretaria da Educação e APEOESP. *A juíza propôs ainda que, tanto APEOESP como S.E. apresentem suas propostas na próxima semana, dia 03 de setembro, em uma nova audiência.* Ou seja, nada foi resolvido. O TRT orienta a diretoria burocrática a fazer o que ela mais sabe: conciliar-se com o governo, buscando “dirimir os conflitos”.

Nossa posição

De todos os pontos da assembléia, dedicamo-nos sobretudo ao da lei do piso. Alertamos que se trata de um piso

miserável e que o governo Lula só levou adiante esta lei porque tinha se comprometido com a burocracia sindical (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE) e estudantil em troca do apoio ao PDE e às outras medidas para a educação. Alertamos também que a suposta redução na jornada de trabalho não garante o emprego como a Escala Móvel das Horas de Trabalho (divisão das aulas entre os professores, sem redução de salário). Denunciamos a resistência dos governadores do PSDB em conceder esta migalha do piso. Mostramos que o Lula dá um passo atrás naquilo que já havia aprovado.

A assembléia do dia 22/08 confirmou isso. A burocracia da APEOESP não foi capaz nem mesmo de propor uma luta

consequente para garantir o piso e a jornada previstos na Lei 11.738. O máximo que fez foi aprovar a participação no dia nacional de luta pelo piso que não implicará senão em atos regionais dispersos e esvaziados. A Corrente Proletária na Educação propôs que todos os sindicatos ligados à CNTE realizassem assembléias e uma plenária nacional de base (onde proporíamos o Salário Mínimo Vital, com valor de R\$ 2.750,00 para uma jornada de 20 horas). A proposta foi rechaçada pelos pelegos.

Continuamos a defesa de que **SO-MENTE UM GRANDE MOVIMENTO DE MASSA PODERÁ IMPOR À BURGUESIA E AO GOVERNO AS REIVINDICAÇÕES DE DEFESA DO TRABALHO E DO ENSINO PÚBLICO.**

Burocracia corrupta do Sindiute (Corrente O Trabalho/PT) processa militante de oposição e recorre à justiça burguesa contra trabalhadores em educação

A apodrecida diretoria do Sindiute (Corrente O Trabalho/PT) entrou com uma ação cautelar na justiça para impedir a realização de assembléia, convocada pela oposição unificada (da qual participa o POR) para discutir a crise da entidade.

Desde meados de 2007, quando, através de uma cisão na chapa 1 (O Trabalho – maioria na direção da entidade) vieram à tona denúncias de roubo dos recursos do sindicato iniciou-se uma crise da entidade que passou por processos na justiça, sumiço de documentos, bloqueio de contas, auditoria etc.

O Congresso, defendido pela oposição, para discutir e solucionar a crise mediante novas eleições, concluiu como uma enorme fraude, executada pela corrente O Trabalho (OT). Esta impôs: tese guia, transferência do Congresso de Fortaleza para Caucaia – Sesc de Iparana, praia -, delegados trazidos em massa de cidades do interior, com ajuda das prefeituras petistas e CUT,

nunca antes filiados ao Sindiute etc. O Congresso que prometia resolver a crise, serviu para que a burocracia de OT aprovasse um mandato tampão com recrutamento, na plenária final, de novos “diretores biônicos”. Diante de tal golpe, setores da oposição unificaram-se para construir uma Assembléia que discutisse com a base da entidade (professores de Fortaleza) novas eleições. A Assembléia, marcada para 28/08, teria 3 pontos de pauta: a) destituição da direção, b) eleição de uma diretoria provisória e c) convocação de novas eleições. Segundo o atual estatuto (que logo será revisada pela diretoria pelega para retirar o que resta de liberdades democráticas), a direção do Sindicato, uma vez recebido o abaixo assinado colhido pela oposição com mais de 250 subscrições dos sócios (Superior aos 3% exigidos no estatuto) teria de convocar a Assembléia. Ao invés disto rasgou o estatuto, recorreu à justiça para processar um professor da Oposição (V. P.) por meio

de uma ação cautelar que também impedia a realização da Assembléia sob pena de prisão.

A assembléia teve de ser transformada em um ato público de repúdio à diretoria e seus ataques à democracia sindical e ao direito à livre expressão da base. À este ato compareceram cerca de 40 trabalhadores em educação. Como forma de intimidação, duas diretoras do Sindiute (Gardênia Baima e Ana Cristina Guilherme) compareceram acompanhadas de um oficial de justiça e fotógrafo.

Vale destacar que a posição assumida pelo PSTU e Conlutas foi a mais vergonhosa possível. Colaboraram com a construção do fraudado IV Congresso, para em seguida, separando-se do restante da oposição, encaminhar um abaixo assinado paralelo (pedindo eleições imediatas – como se estas não tivessem de ser discutidas nos fóruns tradicionais da categoria que são as assembléias) que só serviu para enfraquecer a assembléia do dia 28/08.

70 anos da IV Internacional

Adquira com o distribuidor deste jornal os textos de Leon Trotsky sobre a fundação da IV Internacional





Organizar com urgência o Congresso do DCE pela base

A reunião do Conselho de Centros Acadêmicos de 13 de agosto deveria encaminhar a realização do Congresso do DCE convocando para os dias 5, 6 e 7 de setembro de 2008.

No entanto, uma moção do Centro Acadêmico de Biologia que repudiava a "... forçada e abstrata construção deste congresso", colocou em pauta o adiamento do Congresso para depois da eleição da próxima diretoria. Essa será a proposta a ser deliberada na assembléia geral de estudantes do dia 21 de agosto. A moção do CABIO também aponta que: "Em Assembléia realizada no mês de março de 2008 definiu-se um formato e uma comissão responsável por sua execução. Esta comissão, porém, não cumpriu suas obrigações e toda a organização do Congresso 'caiu' nas mãos da gestão 2007-2008 do DCE - 'Cala a Boca Já Morreu'. Mesmo com algumas reuniões convocadas a organização do Congresso não avançou".

O que a moção não diz é que membros da atual diretoria do DCE se opuseram ao Congresso como método mais adequado para reelaborar o estatuto. Na assembléia que deliberou pelo congresso, vários dirigentes dessa diretoria fizeram de tudo para evitar a aprovação dessa proposta. Não é de se estranhar por isso, que o congresso não tenha avançado.

A Corrente Proletária na Educação defendeu o método do Congresso desde o ano passado. Em nosso boletim de outubro de 2007, no artigo "Contribuição para o novo Estatuto do DCE" afirmávamos que o problema do movimento estudantil não eram os estatutos do DCE, mas, que a elaboração de um novo poderia ser "um momento importante para debater as concepções de organização presentes no Movimento".

Reiteramos, hoje, a nossa proposta de um congresso estudantil amplamente convocado, em que todas as teses sejam apresentadas antecipadamente para conhecimento das assembléias que escolherão os delegados.

Defendemos que o estatuto garanta uma estrutura colegiada, que respeite o espaço da diretoria como uma instância de deliberação, que deve assumir, de fato, um papel de direção do movimento. Esta instância, porém, deve subordinar-se ao conselho de centros acadêmicos e à assembléia estudantil (espaço máximo de discussão e deliberação).

O DCE representa o conjunto dos estudantes da UEL, com toda sua diversidade político-ideológica, e a melhor forma de garantir o debate permanente dentro da entidade é a composição proporcional da diretoria. Assim, nas eleições, forma-se uma diretoria montada pelas diferentes chapas, respeitan-

do a proporção de votos de cada uma.

Só dessa forma o movimento estudantil deixará de ser apenas o movimento das burocracias para se tornar a expressão das bases organizadas e ativas. Um movimento que potencialize a energia combativa e questionadora dos milhares de estudantes que frequentam os cursos da UEL e enfrentam diversos problemas.

O Congresso deveria também encaminhar, na forma de resoluções políticas, as principais bandeiras que os estudantes da UEL defenderão no próximo período. Deve definir-se acerca do caráter público, gratuito e laico da UEL; da democratização da direção, contra o fim da paridade, pelo voto universal e pela assembléia geral universitária; contra a ruptura aventureira da UNE e pela retomada da entidade das mãos da burocracia da UJS e outras correntes colaboracionistas.

Defendemos a urgente organização do Congresso pela base. Que os Centros Acadêmicos discutam as teses e propostas, que sejam trazidas para o âmbito do Congresso as lutas pontuais e sejam organizadas formas de intervenção unificadas para fortalecer a luta em defesa da autonomia universitária, pela universidade pública e gratuita e pela democracia no governo universitário.

Sob direção do PSol e PSTU, DCE patina

Perto de completar um ano, a gestão "Cala a boca já morreu", em que predomina a política do PSol e PSTU mantém o movimento estudantil em marcha lenta, patinando, praticamente sem sair do lugar.

Eleita com o compromisso de realizar um congresso para reformular o estatuto, lutar pelo passe livre (estava em seu programa eleitoral) e contra a privatização da universidade, fez muito pouco nesse sentido.

Canalizou suas forças para realizar a política nacional do PSTU, em atos da Conlute; aproveitou pouco as crises abertas pela reitoria para avançar na defesa da democracia interna na universidade, com voto universal, eleição direta, co-governo docente-estudantil. Não lançou nem mesmo um jornal próprio... como politizar e organizar os estudantes sem explicitar suas idéias?

Um dos motivos da paralisia são as divisões internas entre PSol, PSTU e independentes. O ajuntamento destes partidos, em nível nacional, é pautado pelo cálculo eleito-

ral. O PSTU pretende com a aliança, aproveitar-se do peso eleitoral de Heloísa Helena (o que fez até 2002 com Lula e o PT) e para isso subordina-se ao PSol, que faz pouco caso de suas condições, alia-se a partidos burgueses (PV, PSB e PMN) e requebra o velho programa reformista do PT. O PSol, por sua vez, atura o PSTU enquanto não consegue alianças mas estáveis com os partidos burgueses, e enquanto não torna sua Intersindical uma central sindical própria, até o momento, ainda atua parcialmente na Conlutas.

Tal casamento por interesses, obviamente enfrenta muitas crises. No movimento estudantil paranaense, tivemos o episódio da expulsão dos militantes do PSTU do DCE, promovida pela ala majoritária da entidade, controlada pelo PSol. Tal ação teve reflexos em Londrina, o PSTU chegou a enviar uma carta ao DCEUEL em que se queixa que seus militantes estariam sendo ridicularizados e ameaçados, com sugestões de que o que ocorreu em Curitiba, também fosse realizado aqui. Em defesa da independên-

cia, haveria, também cobranças para que os militantes não pudessem se posicionar em nome do PSTU, desrespeitando o caráter frentista do grupo que está na diretoria do DCE.

O que os estudantes devem compreender é que o imobilismo não decorre da existência de partidos na entidade, mas sim da disputa aparelhista. O aparelhismo é reflexo da orientação reformista/oportunista da frente que dirige a entidade. O mais grave é que essas correntes não explicitam suas posições para que os estudantes julguem sua atuação e acabam reforçando, com essa atitude, o preconceito dos estudantes despolitizados contra a militância no movimento estudantil.

É fundamental, para que o movimento estudantil avance de fato, reorganizar a entidade, recuperar a prática das assembléias para responder aos ataques da reitoria e, principalmente, avançar em reivindicações próprias dos estudantes, independentes da burocracia universitária, do jogo eleitoral burguês e do Estado.

Não permitir que a burocracia enterre a Campanha Salarial dos Metalúrgicos do ABC

A Tribuna Metalúrgica do ABC nº 2519 (de 28 de agosto) indignada põe como matéria de capa “Zero de real é provocação”. O fato de tanta indignação é que as montadas e o Sindipeças não aceitam conceder qualquer aumento real.

A burocracia afirma que, além disso, a patronal acena com a diminuição dos pisos salariais. E aí vai todo um rosário dos representantes das Comissões Sindicais de Empresa (CSE) convocando as bases para participarem da assembléia de domingo. Bradando aos quatro cantos que a hora é agora, ou tudo ou nada. No entanto, até agora, a burocracia nada fez para organizar a luta.

As razões para tanta indignação foi estampada nas páginas da Tribuna durante todo esse período: faturamento das Autopeças cresce 13% (TM 2518); Montadoras dobrarão a produção de caminhões (TM 2518); Setores registram bom crescimento no Brasil (TM 2504); Semestre de recordes aqui (TM 2496); Emprego cresce pela 23ª consecutiva (TM 2495); Vendas crescem 27% e batem recorde no semestre (TM 2494); Produção em alta cancela o PDV e renova temporários (TM 2492)

Como podemos ver, nunca o setor metalúrgico lucrou tanto com agora e nesse processo nunca os metalúrgicos estiveram tão submetidos às pressões patronais. Afinal, a preparação para esse boom de produção se deu através dos acordos malditos que a direção sindical e os CSEs vieram enfiando goela abaixo dos trabalhadores nestes últimos anos: quebra de direitos, terceirizações, banco de horas consórcios modulares, reestruturações produtivas. A flexibilização do trabalho levou os operários a trabalhar mais e num ritmo frenético. Muito mais que as 40 horas semanais, vigentes no acordo atual.

Mas se a assembléia ainda não ocorreu e a campanha salarial não acabou, como então podemos afirmar que a burocracia do sindicato enterrou a campanha salarial?

O problema principal é como se organizam os trabalhadores para lutar contra a exploração capitalista. A Corrente Proletária dos Metalúrgicos e seu boletim Nossa Classe sempre defendeu a unidade da classe. E sempre criticamos a divisão em grupos para se negociar. Essa divisão serve apenas para impedir a luta, pois a direção sempre busca dar uma migalha a mais para os operários das montadoras (os mais organiza-

dos), para não lutarem e deixarem os demais grupos a sua própria sorte.

Este ano essa situação teve um complicador, pois o grupo 9 se dividiu em dois. Os setores de máquinas e eletroeletrônicos passaram a formar o grupo 2, e o grupo 7 ficou formado pelas empresas dos setores de telecomunicações, tratamento de ar, condutores elétricos, equipamentos ferroviários e rodoviários, artefatos de metais não ferrosos, balanças e esquadrias metálicas. Ou seja, ao invés do sindicato fazer uma campanha salarial unitária de todos os metalúrgicos do ABC, insiste e aprofunda a divisão da classe. Outro fator que nos permite dizer que a direção não jogou peso na luta dos trabalhadores são as pautas genéricas, como valorização nos pisos salariais, 40 horas semanais e unificação das datas-base. Ou seja, não se aprovou em assembléia o índice da campanha salarial. O certo é calcularmos quanto uma família de 4 pessoas (uma família média em São Paulo) precisa para viver (habitação, vestimenta, alimentação, educação, saúde, transporte, lazer), pelos nossos cálculos chega a R\$ 2750,00. O salário mínimo vital deve ser o piso da categoria. Diante da volta da inflação e da alta do custo de vida é necessário exigir o reajuste automático de acordo com a inflação (escala móvel dos salários). Além disso, outra presença obrigatória na pauta deveria ser o problema da jornada de trabalho e do desemprego que só pode ser resolvida com a escala móvel das horas de trabalho, ou seja, as horas de trabalho são divididas entre todos os trabalhadores aptos, sem diminuição do salário.

A burocracia sindical, ao contrário, levou uma pauta genérica, para que a patronal pudesse falar quanto ela quer pagar (e pelo visto é ZERO) e procurar passar isso nas assembléias dos grupos.

É preciso que a oposição e os metalúrgicos mais avançados rejeitem as manobras divisionistas feitas pela burocracia e exijam a unificação da campanha por meio de uma assembléia geral e defesa das reivindicações que protegem os salários e os empregos contra a exploração capitalista. Diante do descaso dos patrões, a burocracia poderá levar a uma greve isolada de setores e limitada no seu alcance coletivo. Travemos desde já o combate pela unidade grevista de todos os metalúrgicos e consolidação dos comitês de greve nas fábricas.

Nesta edição:

- Geórgia: Consequências da Restauração capitalista na União Soviética
- Bolívia: Evo não consegue enfrentar a direita
- O PSTU e a Bolívia

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Consequências da Restauração capitalista na União Soviética

Conflitos nos países da Ex-URSS

Com o desmantelamento da União Soviética, o governo Russo buscou manter certa influência sobre a região, no entanto, como não contava mais com a centralização burocrática, viu-se na tarefa de enfrentar as interferências da Europa e dos EUA que buscaram aumentar o controle sobre a Ásia Central e Europa oriental.

Um exemplo desse enfrentamento foi amplamente divulgado no mês de agosto, envolvendo uma pequena região independente chamada Ossétia do Sul. No dia 07 de agosto, o governo georgiano, insuflado pelos EUA, resolveu retomar a região que se tornou independente em 1992. Entretanto, a tentativa do governo georgiano foi duramente combatida pelo governo russo que diz “apoiar” a independência, mas que, na realidade, pretende novamente anexar essa região aos seus territórios, conforme ficou evidente com a recente resolução russa de reconhecimento da autonomia desse território georgianos.

Como afirmado no jornal Massas nº 362, por detrás do conflito, estão na verdade os interesses norte-americanos. São os EUA que apóiam financeiramente a Geórgia, pois essa se encontra estrategicamente ao lado da Rússia e serve atualmente como passagem de matérias-primas da Ásia para a Europa. De fato, o governo russo se ressentido da construção de oleodutos na região, uma vez que anteriormente todas essas matérias-primas passavam obrigatoriamente por seu território.

Além disso, o governo Bush fechou

acordo com a Polônia para construir uma base antimísseis que tem como único objetivo proteger-se da Rússia. Mesmo tipo de acordo que firmou em julho de 2007 com a República Tcheca. Aliás, esses dois países já se integraram à OTAN – braço armado dos países imperialistas, criado em 1949, que intervém em todos os conflitos da região.

Recentemente, a Ucrânia também buscou ingressar na OTAN, mas não obteve sucesso, dada a pressão que a burocracia russa exerceu para que ela não o conseguisse. Rússia não podia ver estreitar os laços da Ucrânia com o imperialismo norte-americano, tendo em vista sua dependência em relação ao país vizinho: precisa do petróleo, do gás natural e do porto da cidade de Sebastopol, porta de entrada para a Rússia no Mar Negro.

No mesmo sentido, têm caminhado Lituânia, Letônia, Estônia e Eslovênia que querem fortalecer laços econômicos com a Europa e os EUA e para isso se submeteram à OTAN, temendo que o governo russo aja em seus territórios como agiu na Geórgia.

Avança o intervencionismo norte-americano sobre ex-URSS...

Como se vê, a ex-URSS é palco agora das mais terríveis disputas imperialistas, tendo como carro-chefe os interesses norte-americanos. O governo Bush tem sido exemplar nessa campanha de expansão política e militar sobre a Europa oriental, a partir de seus planos de “ajuda” a países como a Polônia.

O problema é que, com o fim do bloco soviético, os seis países que compunham

o chamado “Pacto de Varsóvia” se fragmentaram, enquanto a OTAN continuou existindo e hegemonizando a intervenção no planeta. Assim, enquanto os EUA e países imperialistas da Europa ocidental mantinham vivos seus planos expansionistas, Rússia foi perdendo paulatinamente sua influência onde antes era hegemônica. Hoje, quando vocifera contra o pacto de construção de antimísseis, por parte dos EUA, na Polônia, o faz sem contar com o poderio bélico que a fazia rivalizar na Guerra Fria com EUA. Antigos membros do Pacto de Varsóvia, como Romênia, Bulgária e Eslováquia, ingressam também na OTAN para se verem livres da influência de Moscou.

Por não poder se apoiar nas massas dos diferentes países que compunham a União Soviética, o governo pró-capitalista da Rússia se vê na necessidade de utilizar os mesmos meios que se utilizam os governos imperialistas: usa a força militar para manter sua zona de influência. Entretanto, nessa guerra de força aparece enfraquecido diante dos EUA. Não pode desenvolver uma política imperialista porque o globo está todo dividido e perde, hoje, as regiões que controlava em décadas passadas.

A consequência mais nefasta dessa situação é enfrentada pelas massas empobrecidas dos países que se dividiram com o fim da União Soviética. Elas sofrem ainda mais o jugo imperialista, porque se encontram no choque entre os governos restauracionistas e as potências norte-americana e européias, sem encontrar uma política independente

que oriente suas lutas.

... e sobre a Europa

Desde o final dos anos 90, os EUA vem buscando implementar o seu programa de Defesa Anti-Míssil nos países da Europa. No entanto, os governos europeus buscaram se realinhar com o fim da União Soviética, buscando aproximar a Rússia, com objetivos de penetrar em seu mercado consumidor.

A estratégia adotada então pelos EUA foi fechar unilateralmente acordos com alguns países da Europa oriental, cujos governos restauracionistas estavam prontos a se aliar à potência norte-americana.

Daí que os acordos de bases anti-mísseis com Polônia e República Tcheca transcendam o simples objetivo de bar-

rar uma ofensiva russa na região, pois tais acordos são arquitetados no sentido de alcançar e pressionar os governos da Europa ocidental.

Com as Defesas Anti-Mísseis instaladas nos países europeus, os EUA conseguiriam neutralizar quase completamente ataques vindos da Rússia ou de qualquer país que se encontre no lado norte oriental do globo, interceptando mísseis balísticos fora de seu território.

Os acordos firmados pelos EUA opõem “velhos” e “novos” membros da OTAN, colocando em xeque a influência dos países como França e Alemanha, bem como a Rússia: é o que os EUA pretendem. Os choques em torno dos países da ex-URSS servem para posicionar a Europa frente a dominação norte-americana e seus conflitos com os governos

restauracionistas da Rússia.

O resultado dessa política tem trazido bons resultados para o governo imperialista de Bush: utilizou os governos francês e sueco como porta-vozes de seus interesses, colocando-os como “mediadores” do conflito entre Geórgia e Rússia. Agigantam-se as tendências bélicas e os EUA beneficiam-se dessa situação mundial de restauração capitalista. É preciso que os trabalhadores das regiões envolvidas nos conflitos assimilem as experiências da Revolução Russa e busquem desenvolver uma política independente que responda aos problemas causados pela restauração capitalista, levantando novamente a bandeira da Revolução Política e construção de um governo operário.

PSTU e a Bolívia

“Opinião Socialista”, edição 349, publicou o artigo “Referendo Confirmou Evo Morales e os Prefeitos da Meia Lua”, assinado por Nericilda Rocha, de La Paz, quando os votos ainda estavam sendo contados. Mas já estava clara a vitória de Evo e dos prefeitos da Meia Lua de Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando, bem como a derrota dos prefeitos de La Paz e Cochabamba. Por isso, o artigo de Nericilda é uma espécie de balanço do significado político.

Refere-se à possibilidade dos mineiros voltarem à luta, ocorrida em pleno referendo, por suas reivindicações; e a uma possível frustração dos camponeses que apóiam Evo. O que virá depois do referendo, além dessa possibilidade?

Diz o artigo: “É que, passado o referendo, novamente Evo e toda cúpula de seu partido retomam com força a velha toada da necessidade de um pacto com a direita como única forma de pacificar o país”.

Não era preciso passar o referendo para se ter essa previsão. O “Sim” e o “Não” foi um jogo bem calculado pelo governo do MAS, justamente para demonstrar força institucional e acenar para a direita golpista da Meia Lua que era preciso um acordo de pacificação. Assim ocorreu uma reunião entre o governo e a oposição, que fracassou e mostrou que a votação não modificou o conflito no seio de Estado burguês.

O pacto pretendido se daria em torno da aprovação da nova Constituição. A Meia Lula rejeitou um acordo e Evo convocou um novo referendo para decidir sobre a Carta Magna, previsto para dezembro.

São acontecimentos recentes que indicam a vontade do governo massista de alcançar um pacto e a rejeição dos governadores autonomistas. O referendo não soldou as rachaduras no seio da política burguesa, aspiração conciliadora que dependia do MAS aceitar as imposições da oligarquia. Essa possibilidade estava clara há muito tempo, havendo ou não referendo de confirmação de Evo no poder.

Em todo instante, o governo procurou aproximação com os governadores. Não deu certo porque a direita está conven-

cida de que não deve compactuar com um governo que acredita ser possível, no âmbito do capitalismo, dar autonomia às nacionalidades índias, impor alguma restrição ao tamanho do latifúndio e transformar o Estado em sócio das multinacionais do petróleo e gás.

Mesmo deixando completamente claro que a grande propriedade capitalista está assegurada e que o que se pretende é implantar algumas medidas limitadas que imitem uma reforma, a fração oligárquica da burguesia boliviana e o imperialismo não aceitam. Como o governo se mostrou comprometido com a manutenção do capitalismo e age como obstáculo à revolução proletária, e como a fração oligárquica não reuniu forças suficientes para se desfazer do débil governo, sem ter de enfrentar imediatamente um levante revolucionário de operários e camponeses, a oposição mantém sua trincheira, desgasta Evo e aguarda as condições para retomar o poder.

Por que adiantamos essa explicação? Por que “Opinião Socialista”, com a maior candura, omite que o PSTU chamou o voto em Evo, participou do jogo entre o MAS e a Meia Lua e, depois de que tudo permaneceu como estava, fez a luminosa previsão de que Evo iria utilizar o Sim para chamar a direita a um pacto nacional. Nericilda deveria explicar o significado do voto do PSTU no governo do MAS.

No “Opinião Socialista” anterior, n. 347, comentado criticamente por nós no Massas 362, o PSTU fixa a posição: “Chamamos os operários, os camponeses e a juventude a revogar os prefeitos (governadores), porque não melhoraram as condições de vida dos trabalhadores e o povo de suas províncias, e dar um voto crítico a Evo”. Não encontramos uma só linha no balanço do PSTU sobre o referendo que avalie o acerto ou erro desta posição. Nericilda apresenta sua previsão como se fosse uma possibilidade a ser conhecida somente depois do referendo.

Diz o artigo: “Às vésperas do referendo revogatório de 10 de agosto, a Bolívia fervia com a greve dos mineiros que exigia o fim do sistema neoliberal de aposentadoria e uma nova lei

mais justa". E conclui (...), "mas foram duramente reprimidos pela polícia de Evo Morales". Ora, como o PSTU explica seu voto em Evo, quando os operários estavam sendo golpeados pelo governo, cuja repressão acaba por servir à posição reacionária da Meia Lua?

Ao avaliar as tendências de luta após o referendo, Nerecilda afirma: "*As direções são decisivas para isso, principalmente a COB, que recentemente resolveu voltar a dar uma trégua de 45 dias ao governo, depois de dois mineiros mortos pela repressão de Evo*".

Há, na afirmação, uma branda e disfarçada censura à COB. A redatora está obrigada a se referir à trégua e ao mesmo tempo limitá-la à simples constatação. Por que não se vai ao fundo do significado da trégua?

Ocorre que o PSTU tem trabalhado pela constituição do Elac (Encontro Latino-Americano de Trabalhadores). A presença da COB dá-lhe um peso, importante para a política de aparatos dos centristas, que encabeçam a divisão da

Bolívia

Quando Surge o Fascismo como Realidade?

Todo regime burguês leva em seu interior a possibilidade do fascismo, entenda-se como tal a derrota da política revolucionária do proletariado e um governo poderoso que concentra em suas mãos a violência para defender os interesses da classe dominante. Aparecem como movimentos populares elaborando programas sociais para embriagar a maioria da população e terminam utilizando este apoio para reprimir e extirpar todo germe de resistência revolucionária à política burguesa.

As características que assinalamos têm muitas semelhanças com o que está se passando agora na Bolívia.

A oposição direitista se mostra com traços tipicamente fascistas, isso está fora de discussão, é claro para todos, mas no governo também aparecem tendências fascistas.

O governo do MAS, inflado pela grande votação que obteve nas eleições passadas e no último referendo revogatório, inicia a utilização da violência estatal para reprimir

CUT e se empenham em constituir uma nova central, a Conlutas.

Eis o que diz Eduardo Almeida, no Opinião Socialista 342, por ocasião da realização do 1º Congresso da Conlutas e do Elac: "Só a presença das entidades que convocam o encontro já indica seu caráter amplo. A COB é, talvez, a central sindical de maior tradição em toda América Latina".

Está claro o exitismo do PSTU. Almeida se esquece de dizer que a "maior tradição" da COB tem sido pisoteada e manchada com as traições da burocracia sindical, na qual a presença do estalinismo é marcante. Nem bem a Elac foi cantada como um encontro que aprovou um plano de luta para a América Latina, a burocracia da COB decretou uma trégua ao governo repressor e assassino de operários mineiros.

A presença da COB no Elac dá prestígio ao objetivo do PSTU de formar um aparato próprio com a Conlutas. Por essa razão, o PSTU não reconhece que a COB está sob o comando de uma bu-

rocracia corrompida e colaboracionista. Burocracia que apóia Evo Morales, que defendeu o Sim, que fechou os olhos frente à responsabilidade do governo pela repressão aos mineiros. O PSTU convive com a burocracia traidora da COB e a embeleza no Elac. Não poderia, portanto, dizer toda a verdade sobre ela, atacá-la e expulsá-la imediatamente do Elac.

No momento exato da repressão aos operários, eis o que diz o Partido Operário Revolucionário da Bolívia: "*Repressão contra os mineiros de Ksihuasi, para levantar o bloqueio, deixou um morto e vários feridos. Viva a luta independente dos trabalhadores! Abaixo o circo democrático-burguês do referendo revogatório*".

Está aí a posição marxista-leninista-trotskista do POR, completamente antagônica à do PSTU, que esconde o papel traidor e contra-revolucionário da burocracia da COB.

(Extraído do *Masas* boliviano nº 2096, de 29 de agosto de 2008)

os trabalhadores com um saldo de muitos mortos e recorre às "organizações sociais" que controla para aplacar as mobilizações do magistério. Não oculta, por outro lado, seu desmedido interesse em controlar e estatizar os sindicatos para calar os protestos das bases inconformadas. Por exemplo, tentou várias vezes, com a cumplicidade do estalinismo, controlar a combativa federação do magistério urbano de La Paz. Em todos estes fatos se mostram infundíveis tendências fascistas no seio do governo.

O problema está em saber se estas tendências fascistas podem converter-se em realidade. A condição para que isto ocorra é que seja um governo forte, que se potencie econômica e politicamente, tendo o conjunto da classe dominante atrás de si. Um governo é forte quando tem, em sua condição de protetor dos interesses materiais da classe dominante, o controle da economia fortalecida e pode controlar indiscriminadamente as camadas majori-

tárias da população, sobre todo da classe média.

Esta possibilidade não se dará em meio à crise estrutural do capitalismo; quando a economia mundial se debate em meio de graves convulsões epiléticas que se traduzem na queda catastrófica das bolsas de valores e em uma descomunal recessão industrial nas metrópoles e nas colônias.

Em meio à agudização da miséria no país, da queda dos preços dos minerais e dos combustíveis, se agudizará a incapacidade do Estado burguês em dar pão aos explorados, assim o governo pode naufragar arrastado pelo vendaval social.

Por estas razões está longe a possibilidade da consolidação do fascismo no país. Isto não quer dizer que o governo do MAS, em seu desespero por tentar controlar a tormenta social, não recorra à violência e se torne um governo ditatorial.

(Extraído do *Masas* boliviano nº 2096, de 29 de agosto de 2008)

Por que as Massas Votaram em Ratificar Evo Morales?

É uma impostura ou uma total cegueira política a campanha que faz o oficialismo sobre o aumento de votos em favor de Evo Morales, acima de 70 %. Não é o caso de que a imensa maioria de eleitores, tanto do Ocidente como de uma parte importante do Oriente, apóie cegamente o governo porque está convencida de que ela irá resolver os problemas estruturais do país. Ocorre que, como tínhamos as massas ante a alternativa de votar ou por uma direita pré-histórica que faz pouco caso dos interesses dos explorados ou por um governo supostamente indígena, ainda que incoerente e incapaz, não lhes custa muito tomar a decisão e cair na armadilha de escolher o “mal menor”. A maioria das pessoas fala: “entre a direita exploradora e prepotente e o governo indígena do MAS me inclino pelo segundo. Voto pelo mal menor, mas fecho o caminho da direita”.

Mas, se é esta a atitude de uma boa parte dos explorados, é natural que esperará que este governo dê respostas adequadas aos problemas que gere a crise. Melhore os salários, resolva o grave problema da terra no campo, freie a inflação, combata os altos preços, etc. Os problemas vitais da população exigem soluções imediatas porque a miséria, dia a dia, se faz insustentável. Qual será a atitude destas pessoas quando

constatarem que têm à frente um governo incapaz, que recorre à violência para conter as lutas reivindicativas? Sairão às ruas dispostas a se chocar com a repressão policial e com os grupos de bate-paus que o governo organiza para quebrar as mobilizações. Só a agressividade pré-histórica da oposição direita freia em alguma medida o estalido do descontentamento popular. Mas isto não poderá se prolongar indefinidamente.

Entre o voto e as futuras mobilizações geradas pela fome, existe uma fronteira muito grande, na medida em que o governo não terá a capacidade de satisfazer as necessidades dos famintos. A consciência dos explorados pode sofrer grandes saltos nos momentos de radicalização. Esse fenômeno nós constatamos no magistério rural. Por exemplo, até a véspera, eram fanáticos defensores do “processo de mudança” e do governo. Estão, agora, na trincheira da oposição mais radical, depois da greve pela nova Lei de Pensões e da humilhante repressão por parte das “organizações sociais” masistas das quais foram vítimas.

O governo é o primeiro a se dar conta disso, Evo Morales, em seu discurso diante dos representantes dos “movimentos sociais”, advertiu as organizações sindicais e “pequenos grupos de esquerda” que devem refletir e se submeter à luta por um novo referendo

para aprovar o Projeto de Constituição Política da Assembléia Constituinte.

Trata-se de uma ameaça que implica que devam deixar de lado a luta por suas próprias reivindicações e a crítica ao governo em troca do conteúdo reformista e pró-burguês da política masista. Quem não faça isso será marcado como aliado da direita e reprimido como já ocorreu.

Afirmamos que não abandonaremos, sob nenhuma circunstância, as bandeiras da luta independente das massas. Utilizamos a política proletária para derrotar a direita reacionária e acabar com a origem de seu poder: a grande propriedade privada burguesa. Só quando os explorados e oprimidos do país e fora dele se levantarem com a política revolucionária da classe operária, para instaurar seu próprio governo, o governo operário e camponês, assentado na propriedade social dos meios de produção – seremos capazes de destruir as bases materiais da opressão capitalista. E acabar de uma vez e para sempre com a decadente burguesia e, ao mesmo tempo, com seus lacaios reformistas.

Desafiamos o governo a aplicar “mão dura”, como constantemente reclamam os explorados, contra os civis conspiradores.

(Extraído do *Masas* boliviano nº 2096, de 29 de agosto de 2008)

E agora, o que fazer?

De nada serviu a palhaçada do Referendo

Os membros das uniões cívicas fascistas estão mais atrevidos do que nunca. Latifundiários déspotas acostumados a submeter a chicotadas os seus peões, arremetem com brutalidade contra todos os que se opõem a seus desígnios, incluindo o Comandante da Polícia por não se subordinar às Ordens do “Governador”.

O governo fantoche de Evo, como sempre, é incapaz de fazer algo contra o poder dos cívicos. Em contraposição, reprime os setores de oprimidos que empreenderam a luta independente pela reforma da Lei de Pensões.

Os dirigentes cocaleiros do Chapare que obedecem ao governo reprimiram os professores rurais expulsando-os de suas moradias por haverem acatado a greve da

COB e não terem ido votar no Referendo. Foram pressionados a nunca mais fazer greve, um desrespeito do direito à greve e ao protesto.

A intolerância à ação independente dos trabalhadores é uma atitude tipicamente fascista. Os “setores sociais” que sustentam o governo são utilizados como força de choque contra os trabalhadores.

Ambos os setores (reformistas impositores e cívicos fascistas) estão unidos (apesar da luta travada entre eles pelo poder político e o controle dos recursos do Estado) pelo respeito e defesa da propriedade privada, fundamento material da opressão e exploração capitalista, origem da miséria das massas oprimidas (trabalhadores, camponeses, classe média empobrecida

das cidades, etc.) e o atraso do país submetido ao poder imperialista.

Esta experiência nos mostra que se trata de uma luta entre duas expressões políticas da burguesia, que suas diferenças não são de fundo, que o “processo de mudança” masista é uma farsa, que o governo é um laiaio do capitalismo.

O caminho para a libertação dos explorados, das nações oprimidas, do país submetido, é a revolução dirigida pelos trabalhadores que destruirá a propriedade privada sobre dos meios de produção e instaurará a propriedade social: o socialismo.

(Extraído do *Masas* Boliviano nº 2095, de 22/08/2008)

Evo Morales transforma a luta de classes em uma disputa interburguesa

V.M.

Como imaginávamos, não houve nenhuma mudança na luta entre Evo e os governadores da “Meia Lua” depois do Referendo Revogatório. Tudo continua igual.

O que nos permite presumir que a luta interburguesa entre o reformismo pró-burguês do MAS e a burguesia fascista e racista do oriente continuará.

Se levarmos em conta os discursos radicais dos governadores poderíamos até ter a impressão de que tal luta pudesse se agravar devido à pressão que existe sobre eles por parte das oligarquias regionais para implantar de fato a autonomia das regiões, que está em risco de se converter em uma piada.

Sem dúvida, o referendo permitiu observar a radicalização das classes sociais.

Em seu afã de se opor a burguesia fascista e racista do oriente boliviano, os camponeses, trabalhadores e pobres do

país, na sua grande maioria, seguiram o MAS, acreditando que, ao votar pelo MAS, este poderia enfrentar e colocar no seu devido lugar a burguesia fascista e racista do país. Um grande equívoco.

Por isto, mais que um apoio a Evo Morales e García Linera, o voto dos explorados e oprimidos do país no Referendo Revogatório é um repúdio à oligarquia do oriente. As massas expressaram, através do voto por Evo Morales, sua oposição aos coronéis e latifundiários do oriente. Na realidade, é a política reacionária da oposição e dos governadores da “Meia Lua” a que fortalece Evo Morales ante as massas.

O voto dos explorados servirá para alguma coisa? Nas mãos do MAS, os votos obtidos no Referendo acabarão sendo parte do grande acordo interburguês pago com recursos do Estado.

Não será Evo Morales e os refor-

mistas pró-burgueses do MAS quem destruirá a burguesia fascista e racista, pelo simples motivo que está unida a ela na defesa da propriedade privada dos meios de produção e do regime capitalista. A política que busca a conciliação entre o MAS e a burguesia continuará no futuro; política que fortalece as oligarquias regionais. É a política pró-burguesa do MAS que converte a luta de classes em uma disputa interburguesa, para benefício do fascismo racista.

As massas exploradas e oprimidas, ao não compreenderem profundamente o caráter burguês da política masista, marcham para a derrota. É necessário entender que a derrota política e física da burguesia e a destruição do regime capitalista será obra do proletariado.

(Extraído do *Masas Boliviano* nº2095, de 22/08/2008)

A Oposição de Direita em Crise

As últimas medidas de pressão assumidas pelos Comitês Cívicos e os governadores da “Meia Lua” pela recuperação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foram um fracasso. O locaute cívico foi parcial porque Tarija e Chuquisaca não conseguiram materializar a medida e, em Santa Cruz, Beni e Pando não foi total nem nas capitais, e, nas províncias, foi praticamente nulo.

O bloqueio de estradas, imediatamente, se chocou com os interesses materiais de muitos setores da própria classe dominante oriental e sua execução foi extremamente débil.

Não há dúvidas, a oposição de direita está no seu pior momento; cada medida que decreta, por exemplo, o “governador” cruenho, cai num saco rasgado; suas ações e declarações terminam em meras posturas para a mídia.

Há alguns meses, os dirigentes da “Meia Lua” romperam com suas expressões políticas que atuam no parlamento (PODEMOS, MNR, UN, etc.) porque já não lhes serviam e pelos reiterados erros que cometeram e terminaram afetando a seus interesses, como o fato de dar luz verde ao referendo revogatório que lhes custou a cabeça de Reyes Villa e de Paredes. Buscaram a possibilidade de substituir os políticos

pelos Comitês Cívicos que, em um momento, apareceram no cenário com muito vigor. O fracasso das últimas medidas de pressão deixa a direita oriental em uma situação complicada e incerta enquanto o governo se empenha em levar adiante o referendo para aprovar o seu projeto de Constituição.

O imperialismo, por seu lado, parece ter chegado à convicção de que o governo do MAS – além das suas gritarias antiimperialistas – não significa qualquer perigo. Está convencido de que o MAS não irá além das poses antiimperialistas; o respeito incondicional à grande propriedade privada dos meios de produção e dos interesses materiais das multinacionais que atuam como sócias do Estado boliviano está garantido.

Podemos perceber que o bloco fechado da oposição de direita inicial tende a se romper em setores importantes do empresariado privado. É sugestivo que os empresários de Cochabamba criticassem abertamente as últimas medidas de pressão dos cívicos orientais.

Todos estes dados que assinalamos revelam uma evidente crise política no conjunto da classe dominante que se expressa nas ações históricas e desesperadas dos cívicos fascistas radicais: cortar fornecimento de carne para o oeste, bloquear estradas

para as fronteiras, ameaçar dividir o país para constituir minúsculos Estados para tomar o controle dos recursos naturais que se encontram em seus territórios e seguramente rifá-los para as multinacionais, enfim: delírios desesperados que só unirão o repúdio das grandes massas contra eles.

Pela falta de uma clara perspectiva aparece como um barco sem rumo, navegando em um mar agitado. Seu erro inicial foi não compreender que o governo atua dentro da política burguesa e não significa qualquer ameaça aos seus interesses. Se desde o início aparecesse como aliado do governo, fechando os olhos perante os seus caprichos populistas, teria terminado engolindo-o. Não se deve esquecer de que o poder econômico se mantém em suas mãos o que, em última instância, define a natureza da política.

É por isso que não devemos subestimar a sua capacidade de fazer barulho. Em todas as partes do mundo e ao longo de toda a história, os opressores sempre foram uma minoria, sua força radica em ser o poder econômico. Poder que o governo fantoche respeita e não se atreve a tocar porque sua política reformista é francamente pró-burguesa, pró-capitalista.

(Extraído do *Masas* boliviano nº 2096, de 29/08/2008)

A direita burguesa tradicional está esgotada e no seio do M.A.S. incubam-se tendências fascistas

Masistas se orientam a derrotar qualquer manifestação de independência de classe do proletariado e dos explorados

Ulises.

A direita se saiu mal do referendo revogatório, a OEA deu seu respaldo ao governo avalizando a confiabilidade da eleição questionada pela direita como fraudulenta. Os resultados superaram de longe as expectativas da direita que já temia o fortalecimento eleitoral do governo. A frente eleitoral PODEMOS entrou em um franco processo de desintegração. Ainda assim, os setores mais radicais da direita acentuam seu tom de beligerância contra o governo.

Sem dúvida nenhuma, grandes setores das massas seguem enganados no falso dilema colocado pela confrontação entre o governo e a “Meia Lua”. Apesar de que, como se evidenciou no recente conflito em torno da Lei de Pensões, tende a se colocar em pé uma corrente que luta pela independência de classe, tanto frente ao Governo como contra a direita entrincheirada nos Governos e Comitês Cívicos da chamada “Meia Lua”. Esta corrente ainda é incipiente.

A direita burguesa tradicional vem se destroçando ao se chocar com o repúdio das massas que a tem claramente identificada como sua inimiga e a encarnação de todos os males nacionais do passado. Os setores das massas oprimidas que vão superando suas ilusões com relação ao tibio reformismo do MAS o fazem pela esquerda, não vão para as posições da direita. A direita não pode se potenciar no descontentamento popular crescente frente à incapacidade do governo.

Importantes setores empresariais deram conta de que o governo do MAS não constitui ameaça alguma a seus interesses, que, pelo contrário, assegura bons lucros. Mudaram de atitude. Agora procuram um acordo com o governo do MAS, que, entusiasmado, lhes abre os braços. O mesmo se pode dizer das multinacionais que conseguiram segurança jurídica para continuar saqueando o país. A embaixada norte-americana mostrou que não se sente substancialmente incomodada com os disparates eloqüentes do governo, porque está segura de que ele continuará atuando submisso à grande propriedade privada burguesa. Neste cenário, todas as ações “radicais” dos setores ultra-conservadores da direita só contribuem para acentuar o repúdio das massas, empurrando-as para o governo, que tira vantagem para continuar alimentando o mito, o falso dilema entre a suposta “revolução democrática e cultural” obstaculizada pelos “oligarcas de sempre”. Estes “erros” da direita vêm precipitando sua crise e desagregação. Não existe, entre os expoentes da direita burguesa tradicional, um elemento capaz de aglutinar e dar coerência a sua atuação. Impõe-se a mentalidade “provinciana” das oligarquias regionais, os cálculos circunstan-

ciais, as ambições pessoais e os interesses particulares.

O governo masista, que se mostra tolerante, conciliador e negociador está disposto a chegar a um acordo com a burguesia, para “constitucionalizar as autonomias” de um “pacto fiscal” de acordo com o IDH. Essa posição encontrou eco em setores de PODEMOS e do empresariado. Mas se coloca arrogante, abusivo e prepotente frente aos setores das massas oprimidas que reivindicam melhores condições de vida, salário, trabalho, etc. O presidente Evo Morales saiu à frente para justificar a ação fascista dos masistas na questão da repressão aos professores rurais, que pretendiam obrigar os mestres a assinar documentos auto-incriminatórios. A negativa em assinar essas “confissões” foi seguida da demissão e até da proibição de venda de alimentos aos professores “despedidos”. Um testemunho visível disso foi dado por um grupo de demitidos de Cochabamba, que foi à Praça Principal com cartazes para proclamar que eles não estão com a “Meia Lua”, nem tampouco com o governo e que só exigiam atenção para suas reivindicações. Os masistas da Praça gritaram: “essa é a linha trotskista” e começaram a agredi-los e insultá-los.

O movimento camponês, que é pequeno-burguês e que constitui a principal sustentação social do MAS, oscilou sempre entre o apoio à burguesia, à qual desejariam se somar e o apoio ao proletariado que no país se concretizou na filiação dos sindicatos e centrais camponesas à COB. Hoje, o movimento camponês, através da política do MAS, vem seguindo uma orientação pró-burguesa e neste caminho afloram, desde o seio dos pequenos proprietários, a disposição de derrotar fisicamente os movimentos independentes dos setores assalariados, que disputam o destino da mais-valia com a burguesia.

Na medida em que a luta de classes tenda a se agudizar, tendo como eixo os setores assalariados e fundamentalmente o proletariado minero, se aprofundará a tendência a retomar a independência política das massas. O choque das massas com o governo “popular” do MAS, que atuará para reprimi-las com a aprovação da direita burguesa, está assegurado. Do desenvolvimento desta disputa, depende o destino do país. A outra, a farsa, o circo da oposição “oligárquica” contra o “governo popular”, só implica a perpetuação da ordem estabelecida fundada na grande propriedade privada burguesa, na exploração sem misericórdia das massas oprimidas, para benefício das multinacionais saqueadoras, da burguesia nativa e dos latifundiários.

(Extraído do *Masas* boliviano nº 2096, de 29 de agosto de 2008)